

**REUNIÃO  
DO EXECUTIVO**

**ACTA Nº 16/01  
DE 2001/06/12**

**ACTA N.º 16/2001**

**Data da reunião ordinária:** 2001/06/12

**Local da reunião:** Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Santarém

**Início da reunião:** 09,30 horas

**Términus da reunião:** 12,15 horas

**Resumo diário da Tesouraria:** 2001/06/11 .....308 346 392\$00

**Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:**

**Presidente:** José Miguel Correia Noras

**Vereadores:** Eng.º Hermínio Paiva Fernandes Martinho

Dr. Joaquim Adriano Botas Castanho

Dr.ª Maria da Graça Carvalho Vieira Machado Morgadinho

Vicente Carlos Flor Batalha

Eng.º António Freire de Oliveira

Professor Doutor Luís Manuel Fé de Pinho

Eng.ª Dunia Rosale Entrudo Viegas da Palma

Dr.ª Rosa Maria Ferreira Mesquita Feliciano

**Responsável pela elaboração da acta:**

**Nome:** Maria Nazaré de Matos Ferreira Pais da Costa

**Cargo:** Chefe de Secção

**Faltas justificadas:**

**Faltas por justificar:**

-----**ABERTURA DA ACTA**-----

--- O **senhor Presidente** declarou aberta a reunião, eram **nove horas e trinta minutos** e perguntou aos senhores Vereadores se já tinham tomado conhecimento da acta da reunião anterior, oportunamente distribuída e porque todos responderam afirmativamente foi dispensada a sua leitura, nos termos do artigo quarto, do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três. Submetida seguidamente a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

--- A seguir, e depois de submetida, pelo senhor Presidente, à votação, foi deliberado, por unanimidade, justificar a falta do, então Vereador, senhor Luís Paradiz à reunião de trinta e um do mês findo.-----

-----**LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES**-----

--- **A) INFORMAÇÕES PRÉVIAS**-----

--- **VIABILIDADES SUSCEPTÍVEIS DE DEFERIMENTO, NAS CONDIÇÕES EXPRESSAS NOS RESPECTIVOS PARECERES TÉCNICOS**-----

--- De **ALICE ROSA MARQUES**, residente na Rua Dezasseis de Abril, número quarenta e três, no lugar de Alto do Bexiga, freguesia de São Salvador, nesta Cidade, solicitando informação prévia para construção de um Lar de Terceira Idade, no lugar e freguesia de Póvoa de Santarém, deste Município.-----

--- Pelo **Chefe da Divisão de Gestão Urbanística**, foi informado o seguinte:-----

--- *“Um – Deverá o projecto de licenciamento dar cumprimento à legislação específica nomeadamente o Decreto-Lei número cento e trinta e três-A/noventa e sete, de trinta de Maio e Despacho Normativo doze/noventa e oito, de vinte cinco de Fevereiro.-----*

--- *Dois – Caso não se obtenha parecer do Centro Regional de Segurança Social no prazo estabelecido no artigo trinta e sete do Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e cinco/noventa e um, de vinte de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei número duzentos e cinquenta/noventa e quatro, de quinze de Outubro, será o projecto de licenciamento sujeito ao parecer desta entidade, bem como da*

*Delegação de Saúde.* -----

--- A pretensão de realizar uma operação de destaque não poderá autorizar-se por não ser possível dar cumprimento ao disposto no número dois do artigo quinto do Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro/noventa e cinco, de vinte oito de Dezembro (alterado pelo Decreto Lei número quatrocentos e quarenta e oito/noventa e um, de vinte e nove de Novembro). -----

--- Em simultâneo com a viabilização da proposta, deverá a Exm.<sup>a</sup> Câmara reconhecer a intervenção de interesse municipal (número cinco do artigo sessenta e seis do Regulamento do Plano Director Municipal).” -----

--- Deliberado, por maioria, com uma abstenção do senhor Vereador Vicente Batalha, informar o requerente que a sua pretensão é viável de acordo com os pareceres técnicos, bem como considerar a construção de interesse municipal. -----

--- De **CONSTANTINO LUCAS PEREIRA NOBRE**, residente na Rua Doutor António Maria Galhordas, número duzentos e quarenta e três, na Vila e freguesia de Amiais de Baixo, solicitando informação prévia para construção de um edifício destinado a comércio e habitação, na Rua da sua residência. -----

--- A **Divisão de Gestão Urbanística**, prestou a seguinte informação:-----

--- “*Pretende o requerente viabilidade à construção de uma edificação destinada a comércio e habitação, em zona definida pelo Plano Director Municipal como fazendo parte do aglomerado urbano de Amiais de Baixo (espaço urbano), seguindo-se assim o princípio estabelecido para as áreas urbanas consolidadas (número um do artigo trinta e oito).* -----

--- A construção deverá, tanto quanto possível, manter as características do edificado existente. -----

--- Como se trata de construção nova, esta ficará sujeita às seguintes condicionantes:--

--- **Um** - Nivelamento da cêrcea pela média das alturas das fachadas da frente edificada do lado do arruamento onde se integra o novo edifício, no troço de rua entre duas transversais respeitando o artigo quarenta e seis do Plano Director Municipal;

*desde que não ultrapasse o que decorre da aplicação do artigo cinquenta e nove do Regulamento Geral das Edificações Urbanas. -----*

*--- Dois – Profundidade máxima da empena: quinze metros (alínea c) do número um do artigo trinta e oito e alínea d) do número dois do artigo quarenta e quatro, ambos do Plano Director Municipal); -----*

*--- Três – É autorizada a ocupação do logradouro com anexos para arrecadação e garagem, desde que este não ocupe mais de vinte por cento da área do mesmo (alínea c) do número um do artigo quarenta e um, do Plano Director Municipal); sendo a sua ocupação precedida de vistoria da comissão técnica desta Câmara Municipal (número dois do artigo quarenta e um do Plano Director Municipal). -----*

*--- Quatro – Deverá garantir-se estacionamento no interior do lote, de acordo com o requerido na SECÇÃO XI – Circulação e estacionamento automóvel do Plano Director Municipal. -----*

*--- Quanto ao alinhamento da construção, deverá estabelecer-se por forma a garantir no mínimo quatro metros de afastamento em relação às construções adjacentes, devendo a concordância do alçado principal com o alçado lateral direito ser efectuada com um raio de quatro metros e a concordância do alçado posterior com o mesmo alçado efectuar-se com um raio de oito metros. -----*

*--- Relativamente ao alinhamento da fachada principal em relação à Rua Doutor António Maria Galhordas, julga-se aceitável o proposto. -----*

*--- Em face do exposto, a pretensão poderá reunir condições de ser viabilizada, nas condições acima referidas e demais legislação em vigor.” -----*

*--- Também pelo **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, foi informado que os afastamentos em relação às construções situadas a Norte deverá ser de cinco metros. -----*

*--- A Câmara deliberou, por unanimidade, informar o requerente que a sua pretensão é viável em face das informações técnicas prestadas. -----*

*--- De **INSTITUTO NACIONAL DE FORMAÇÃO TURÍSTICA**, com sede na*

Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, número sete, Município de Lisboa, solicitando informação prévia para construção de um núcleo escolar da Escola de Turismo de Santarém, no Campo Infante da Câmara, freguesia de Marvila, nesta Cidade. -----

--- Pelo **Chefe da Divisão de Gestão Urbanística**, foi emitido um parecer do seguinte teor: -----

--- *“Um – Não sendo possível determinar o limite da incidência das áreas de implantação/construção para o local e a sua relação com a intervenção a promover no Campo Infante da Câmara (sujeito a plano de pormenor denominado “Estudo do Centro Cívico de Santarém”), a futura edificação deverá reger-se por regras de integração volumétricas na estrutura edificada próxima (um piso, pontualmente dois pisos). -----*

--- *Dois – Deverá garantir-se o cumprimento das disposições regulamentares aplicáveis, nomeadamente Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e um/noventa e oito, de trinta e um de Dezembro. -----*

--- *Três – Deverá garantir-se o número de lugares de estacionamento de apoio à actividade a desenvolver, conforme previsto no artigo setenta e oito do Regulamento do Plano Municipal de Ordenamento do Território, em vigor. -----*

--- *Quatro – A implantação deverá circunscrever-se à mancha identificada na carta de ordenamento número nove ponto um do Plano Director Municipal de Santarém como espaços urbanizáveis, comércio e serviços. -----*

--- *Cinco – A intervenção, ao nível da concretização arquitectónica, não terá necessariamente, que subordinar-se à condição referencial das preexistências, devendo assumir-se a linguagem própria da arquitectura contemporânea.” -----*

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, informar o requerente que é viável a sua pretensão em face do parecer atrás transcrito.-----

--- De **JOSÉ LOPES PAULA**, residente no lugar de Zibreira, Município de Torres Novas, solicitando informação prévia para construção de um Lar de Idosos, no lugar de Fonte da Pedra, freguesia de Achete, deste Município.-----

- A **Divisão de Gestão Urbanística**, informou o seguinte: -----
- *“Pretende-se informação sobre a viabilidade de construção de Lar de Idosos, num terreno com treze mil e quatrocentos metros quadrados, integrado em espaço classificado como agroflorestal, fora da Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional. -----*
- *Verifica-se que a actividade proposta é compatível com a classe de espaço onde se integra, de acordo com o quadro de compatibilidades constante no Anexo II do Regulamento do Plano Director Municipal. -----*
- *Face ao acima exposto, informa-se que poderá viabilizar-se a pretensão, após emissão de parecer favorável da entidade consultada, e uma vez reconhecido pela Exm.ª Câmara o interesse municipal do equipamento, conforme previsto no número cinco do artigo sessenta e seis do Regulamento do Plano Director Municipal. -----*
- *Importa ainda referir que o projecto de licenciamento deverá cumprir e justificar o disposto no Despacho Normativo número doze/noventa e oito, de vinte cinco de Fevereiro (nomeadamente nas medidas de protecção contra risco de incêndios), e salvaguardar as condições de acesso a pessoas com mobilidade condicionada conforme previsto no Decreto-Lei número cento e vinte e três/noventa e sete, de vinte e dois de Maio; ficará sujeito aos pareceres favoráveis da Delegação de Saúde, Bombeiros Municipais e Segurança Social.” -----*
- Também pelo **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, foi informado o seguinte: -----
- *“Propõe-se, assim: -----*
- *Um – Que o equipamento seja reconhecido de interesse municipal; -----*
- *Dois – Que a pretensão seja viabilizada, devendo o projecto cumprir os requisitos do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo e legislação em vigor.” -----*
- Deliberado, por maioria, com uma abstenção do senhor Vereador Vicente Batalha, informar o requerente que a sua pretensão é viável de acordo com os pareceres dos

serviços técnicos, bem como considerar a construção de interesse municipal.-----

**--- VIABILIDADES COM PARECERES TÉCNICOS DESFAVORÁVEIS E PROPOSTAS DE INDEFERIMENTO** -----

--- De **ANTÓNIO PAULO NOGUEIRA XAVIER DE BASTOS**, residente na Quinta da Mata Quatro, Ponte do Celeiro, freguesia de Póvoa da Isenta, deste Município, solicitando informação prévia para construção de uma moradia, no lugar de Ponte do Celeiro, freguesia de Almoester, deste Município. -----

--- O **Chefe da Divisão de Gestão Urbanística**, informou que a pretensão não poderá ser viabilizada, uma vez que o local se integra na Reserva Ecológica Nacional (incompatível com construção, artigo treze e artigo catorze do Regulamento do Plano Municipal de Ordenamento do Território em vigor). -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, informar o requerente que não é viável a sua pretensão em face do parecer técnico prestado.-----

--- De **ILDA MARIA GOMES VENÂNCIO**, residente na Rua Soeiro Pereira Gomes, número nove – quarto direito, freguesia de Marvila, nesta Cidade, solicitando informação prévia para realização de uma operação de loteamento no lugar de Jardim de Cima, freguesia de São Salvador, também nesta Cidade. -----

--- Pela **Divisão de Gestão Urbanística**, foi prestada a seguinte informação técnica: ----

--- *“É solicitada informação sobre a viabilidade de realização de operação de loteamento, a levar a efeito em local classificado como urbanizável de média densidade, fora da Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional.* -----

--- *Considerando os valores propostos apresentados verificar-se-ia viável a pretensão, no entanto importa informar que a requerente esteve presente em atendimento, e esclareceu que a área de intervenção não é a indicada, mas sim uma parcela de aproximadamente mil e trezentos metros quadrados, prevendo-se a constituição de dois lotes com um acesso comum, sendo os restantes mil e setecentos metros quadrados parcela remanescente.*-----

--- *Assim, face aos novos valores da área de intervenção, foi comunicado à requerente*



*que as áreas de construção e implantação propostas não são passíveis de viabilização, podendo no entanto viabilizar-se a pretensão (constituição de dois lotes para construção de moradias) nas seguintes condições: -----*

*--- Um – Ser garantido o cumprimento dos índices constantes nos artigos cinquenta e quatro e setenta e um do Regulamento do Plano Director Municipal; -----*

*--- Dois – Ser assegurado o cumprimento do Decreto Regulamentar número sessenta e três/noventa e um, de vinte e nove de Novembro, e Decreto –Lei número duzentos e noventa e dois/noventa e cinco, de catorze de Novembro; -----*

*--- Três – Considerando a dimensão da intervenção (dois fogos) e das áreas a dimensionar para integração no domínio público, julga-se que deverá ser previsto o pagamento das compensações previstas no número quatro do artigo dezasseis do Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e oito/noventa e um, de vinte e nove de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro/noventa e cinco, de vinte oito de Dezembro; -----*

*--- Quatro – Verifica-se ainda que nos limites poente e sul do terreno está previsto o traçado de duas Vias Distribuidoras – C, V treze e V dezasseis respectivamente, com um perfil dimensionado para integração de passeio/estacionamento/via de sete metros/ estacionamento/passeio, situação que deverá ser aferida com rigor na fase de apresentação da proposta; -----*

*--- Cinco – Importa ainda referir que deverá ser dada uma especial atenção à elaboração da proposta e à integração na envolvente, uma vez que o local assume características particulares (dimensão da parcela/ localização/ preexistências); -----*

*--- Nas condições acima referidas, julga-se que poderá viabilizar-se a pretensão.” -----*

*--- A Câmara deliberou, por unanimidade, informar o requerente que a sua pretensão não é viável em face dos parecer técnico atrás transcrito. -----*

*--- De **JOÃO DOS SANTOS**, residente no lugar de Vale da Trave, freguesia de Alcanede, deste Município, solicitando informação prévia para construção de uma moradia, no lugar da sua residência. -----*

--- A **Divisão de Gestão Urbanística**, prestou a seguinte informação:-----

--- “*Pretende o requerente viabilidade à construção de uma moradia unifamiliar em zona definida pelo Plano Director Municipal como espaço agro-florestal, afecto aos limites da Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional.* -----

--- A pretensão não é susceptível de ser viabilizada pelas seguintes razões:-----

--- - A parcela não garante a área mínima à viabilidade da construção ( três mil metros quadrados), já que se trata de um espaço agroflorestal; -----

--- - A parcela está afectada aos domínios da Reserva Ecológica Nacional (Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros).-----

--- De referir que a delimitação da Reserva Ecológica Nacional no Município de Santarém foi aprovada por Resolução de Conselho de Ministros número sessenta e oito, de um de Julho de dois mil, inviabilizando, face ao número um do artigo quarto do Decreto-Lei número noventa e três/noventa, de dezanove de Março, a ocupação ou destruição do coberto vegetal. -----

--- Acresce a estas razões, o facto do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros ter emitido parecer desfavorável relativo à presente pretensão.” -----

--- Deliberado, por unanimidade, informar o requerente que não é viável a sua pretensão em face da informação atrás transcrita. -----

--- **C) LOTEAMENTOS** -----

--- De **CARLOS MARIA DE SÁ NOGUEIRA GUEDES DE AMORIM**, residente na Rua Eiffel, número seis – quinto esquerdo, Município de Lisboa, solicitando recepção provisória das obras de urbanização do Núcleo Habitacional do Girão – Segunda Fase – Zona A, referentes ao loteamento de uma propriedade sita no Girão, freguesia de São Salvador, nesta Cidade. -----

--- Pelo **Departamento de Obras Municipais** foi efectuada uma vistoria à referida urbanização, no dia vinte e três de Junho de mil novecentos e noventa e nove, tendo sido emitido um auto de recepção provisória e parcial do seguinte teor: -----

--- “*Vistoriada a obra foi verificado que as infra-estruturas das Ruas A, C e E, relativas*

*a pavimentos das plataformas de rodagem e estacionamento, e das redes de saneamento pluvial e doméstico, se encontram em condições técnicas para a recepção provisória, pelo que estando a decorrer a regularização do processo devido às alterações ao loteamento inicial, se propõe a recepção provisória parcial das infra-estruturas atrás mencionadas.” -----*

--- O senhor **Presidente** fez uma exposição do assunto, relatando os factos ocorridos quando do início da expropriação, justificando o motivo da execução das obras de urbanização sem alvará de loteamento, devido à urgência que o Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária impunha ao promotor, para realização dos acessos à auto-estrada. -----

--- O senhor **Presidente** recordou que ele próprio esteve presente em várias reuniões, podendo por isso comprovar as justificações do requerente. -----

--- Fazendo referência ao relatório feito pelo senhor Vereador da área, Doutor Botas Castanho, sobre a recepção provisória, o senhor Presidente propôs que fossem recebidas provisoriamente as seguintes infra-estruturas: arruamentos, águas e esgotos e saneamento. -----

--- Essa proposta fundamenta-se no ponto três do referido relatório, que a seguir se transcreve:-----

--- *“Três – Uma hipótese de solução para este caso poderá, eventualmente, passar pelo Executivo vir a considerar autonomamente as obras de urbanização (considerando as circunstâncias especiais e de emergência que estiveram na base da sua realização) e admitir a possibilidade de emissão do alvará apenas para as obras de urbanização, ao abrigo do número um do artigo vinte e oito do Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e oito/noventa e um, de vinte e nove de Novembro, que refere que “o licenciamento da operação de loteamento ou das obras de urbanização é titulado por alvará”. Nestes casos, é pacificamente considerado que será emitido um único alvará se se tratar de obras de urbanização que não envolvam operações de loteamento. -----*

--- *É este o sentido do parecer jurídico do Dr. Luís Perestrelo de Oliveira, (constante*

*do processo) e, de certa forma, corroborado pelo parecer do Consultor Jurídico da Câmara – Dr. Luís Morgadinho, de trinta e um de Julho de dois mil (constante do processo).” -----*

--- Quanto às dúvidas surgidas sobre o pagamento de taxas ou cauções, que em situações normais os urbanizadores devem efectuar, o senhor Presidente disse que tinha em seu poder um ofício que o requerente lhe tinha facultado, com data de sete de Julho de mil novecentos e oitenta e um, assinado pelo Excelentíssimo Presidente Ladislau Teles Botas, que dá conta de uma deliberação de Câmara e que a seguir se transcreve: --

--- *“Informe Vossa Excelência (senhor Arquitecto Carlos Maria de Sá Nogueira) que os projectos de planeamento e concepção urbana e das infra-estruturas urbanísticas (arruamentos, rede de águas, saneamento e electricidade) foram aprovados na reunião de vinte e oito de Outubro de mil novecentos e oitenta, com as seguintes condições: -----*

--- ***Um)** – Suportar o requerente ou quem legalmente o substituirá todas as despesas inerentes à construção das infra-estruturas acima discriminadas. -----*

--- ***Dois)** – Submeter à Câmara Municipal de Santarém e Federação de Municípios do Ribatejo os cadernos de encargos das obras que eventualmente não venham a ser feitas por estas Entidades, bem como de todas as alterações que porventura se pretenda vir a efectuar aos projectos. -----*

--- *Mais se informa que cumprida a disposição contida na alínea um) nada mais é devido a esta Câmara Municipal pela Urbanização em epígrafe.” -----*

--- Houve ainda uma longa troca de impressões em que intervieram os senhores Vereadores Vicente Batalha e Hermínio Martinho, congratulando-se com o relatório feito pelo senhor Vereador Botas Castanho, que elucidava de forma clara, as dúvidas legais, equacionadas, com o sentido de justiça que o requerente alega. -----

--- Assim, por proposta do Senhor Presidente, foi deliberado por unanimidade, o seguinte: -----

--- **Um** - Receber provisoriamente apenas as obras de urbanização executadas, devendo o requerente aguardar a aprovação dos projectos das infra-estruturas em falta. -----

--- **Dois** - Quanto ao pagamento de taxas e prestação de caução, deverá cumprir-se o que está estipulado no ofício acima transcrito.-----

--- De **FERNANDO JOAQUIM MELRO LEANDRO**, residente no lugar e freguesia de Abitureiras, deste Município, apresentando um estudo de loteamento para uma propriedade sita no lugar e freguesia de Romeira, deste Município. -----

--- A **Divisão de Gestão Urbanística**, emitiu um parecer do seguinte teor:-----

--- *“É apresentada proposta para realização de operação de loteamento, a levar a efeito num terreno integrado dentro do limite do perímetro urbano da freguesia da Romeira, em espaço classificado de urbanizável de baixa densidade (Z um).-----*

--- *Verifica-se garantido o cumprimento dos índices previstos no artigo cinquenta e quatro do Regulamento do Plano Director Municipal, nomeadamente Coeficiente de Afectação do Solo igual a zero vírgula vinte e dois menor que zero vírgula vinte cinco, Coeficiente de Ocupação do Solo igual a zero vírgula trinta e seis menor que zero vírgula cinquenta, bem como o número máximo de dois pisos; deverá ser justificado o valor referente ao cumprimento do Coeficiente de Impermeabilização do Solo.-----*

--- *Relativamente às áreas a dimensionar para Espaços verdes e de Utilização Colectiva, e Equipamentos de Utilização Colectiva verifica-se estarem assegurados os valores mínimos previstos na Portaria número mil cento e oitenta e dois/noventa e dois, de vinte e dois de Dezembro (Espaços Verdes e de Utilização Colectiva igual a seiscentos e oitenta e dois vírgula noventa e sete metros quadrados maior que seiscentos e setenta e cinco metros quadrados e Equipamentos de Utilização Colectiva igual a novecentos e cinquenta e sete vírgula setenta e quatro metros quadrados maior que novecentos e quarenta e cinco metros quadrados); considera-se no entanto pertinente equacionar uma alternativa à localização dos Espaços Verdes propostos, no sentido de valorizar a utilização colectiva desta área, sugerindo-se o dimensionamento de um único espaço, numa localização mais central, próxima da área de Equipamento. -----*

--- *Importa ainda registar algumas considerações a ter em atenção:-----*

--- **Um** – *É assegurado o dimensionamento do estacionamento público (vinte oito*

lugares maior que vinte sete exigidos), na proporção prevista na Portaria número mil cento e oitenta e dois/noventa e dois, de vinte e dois de Dezembro; no entanto, e no sentido de assegurar a exigência de dois lugares no interior de todos os lotes, de acordo com o disposto no artigo setenta e um do Regulamento do Plano Director Municipal, julga-se que deverá ser garantido o afastamento dos volumes das garagens ao limite dos lotes, superior aos quatro metros propostos, de forma a viabilizar um lugar exterior para além do lugar previsto na garagem; -----

--- **Dois** – Deverá ser garantida a dimensão de seis vírgula cinco metros de largura dos arruamentos, de acordo com o disposto na Portaria número mil cento e oitenta e dois/noventa e dois, de vinte e dois de Dezembro; -----

--- **Três** – Nos lotes doze a dezassete deverá ser corrigida a indicação de três pisos, para dois pisos mais cave, uma vez que as construções têm na realidade apenas dois pisos mais cave. -----

--- **Quatro** – A implantação dos anexos propostos nos lotes um a quatro e vinte e dois e vinte e três, deverá ser corrigida, para cumprimento do afastamento de dez metros à plataforma da Estrada Nacional trezentos e sessenta e dois, conforme previsto na alínea d) do artigo oitavo do Decreto-Lei número treze/setenta e um, de vinte e três de Janeiro. Esta correcção deverá ainda estender-se ao lote cinco, situação que contribui ainda neste caso para atenuar a presença da empena “confinante” com a Estrada Nacional; -

--- **Cinco** – Os muros de vedação dos lotes confinantes com a estrada nacional, deverão garantir o afastamento de quatro metros à plataforma, previsto na alínea a) do número um do artigo oitavo do diploma acima referido; -----

--- **Seis** – No lote vinte e um deverá ser corrigida a implantação do muro de acordo com o referido no ponto anterior, e recuada a implantação do portão de acesso automóvel, de forma a assegurar um espaço de espera fora da faixa da estrada nacional. -----

--- **Sete** – Deverão ser corrigidos no quadro da planta de síntese os valores de “Área de implantação” e “Área acima do solo” correspondentes aos lotes sete e oito, e

*corrigidas as designações acima referidas, de forma a facilitar a sua leitura (área máxima de implantação – habitação mais anexos; Áreas Máximas de Construção). -----*

*--- Oito – Sugere-se ainda que as construções dos lotes vinte e quatro a vinte sete sejam implantadas a uma distância mínima de oito metros ao eixo do arruamento, de acordo com os critérios estabelecidos para esta classe de espaço; -----*

*--- Nove – Julga-se ainda de referir, que deverão ser previstas as ligações de infra-estruturas à área a afectar a equipamento; -----*

*--- Por último, informa-se que julgam-se asseguradas as recomendações previstas no Decreto-Lei número cento e vinte e três/noventa e sete, de vinte e dois de Maio, nomeadamente no que diz respeito ao dimensionamento da largura dos passeios; na elaboração dos projectos de especialidades deverá ser salvaguardado o dimensionamento máximo de zero vírgula doze metros de altura dos lancis nas imediações das passagens de peões, de forma a facilitar o rebaixamento até zero vírgula zero dois metros. -----*

*--- Foi ainda apresentada a constituição da equipa multidisciplinar de acordo com o disposto no Decreto-Lei número duzentos e noventa e dois/noventa e cinco, de catorze de Novembro. -----*

*--- Deverá aguardar-se a emissão de parecer favorável das entidades consultadas. -----*

*--- Face ao acima exposto, considera-se que deverá ser revista a proposta tendo em atenção as considerações expressas.” -----*

*--- Também pelo **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, foi informado que deverá ter-se em atenção o seguinte:-----*

*--- “Um – Apresentar declaração de responsabilidade devidamente elaborada;-----*

*--- Dois – As características dos muros de vedação deverão ser mais precisas, designadamente a altura máxima e materiais a usar;-----*

*--- Três – Deverá indicar-se para cada lote qual a área máxima de impermeabilização e a altura máxima dos anexos (não superior a quatro metros).” -----*

*--- A Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir o presente estudo de acordo com os*

pareceres técnicos emitidos. -----

--- De **HELDER ARAÚJO VACAS**, residente no lugar de Casais do Quintão, freguesia de Várzea, deste Município, apresentando alteração ao alvará de loteamento número quarenta e um/setenta e seis, referente a uma propriedade sita na Quinta do Mocho, freguesia da sua residência, em nome de João Ferreira da Silva. -----

--- Pela **Divisão de Gestão Urbanística**, foi informado o seguinte: -----

--- “É apresentada proposta de alteração do alvará de loteamento número quarenta e um/setenta e seis; -----

--- O alvará inicial proposto com três lotes, foi posteriormente alterado (divisão do lote um), e constituídos quatro lotes; -----

--- Na alteração agora requerida é proposta a construção de um anexo no lote três e a ampliação da moradia existente; esclareça-se que o alvará inicial não previa índices construtivos; -----

--- Assim, e uma vez que se verifica o cumprimento dos índices aplicáveis para a classe de espaço onde se integra a pretensão (zona de povoamento disperso a estruturar – número dois do artigo cinquenta e quatro do Regulamento do Plano Director Municipal), e verificada igualmente a autorização de dois terços dos proprietários conforme previsto no artigo trinta e seis do Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e oito/noventa e um, de vinte e nove de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro/noventa e cinco, de vinte oito de Dezembro, julga-se estarem reunidas as condições para a aprovação da pretensão.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a presente alteração ao alvará de loteamento número quarenta e um/setenta e seis, em face da informação técnica emitida, emitindo-se, posteriormente, o respectivo aditamento. -----

--- **PEDRO ALEXANDRE BRANCO DA SILVA**, residente na Rua da Horta da Fonte, lote vinte e um – segundo direito, Município de Cartaxo, apresentando estudo de loteamento para uma propriedade sita na Rua da Sociedade Jardim de Cima, freguesia de São Salvador, nesta Cidade. -----



--- A **Divisão de Gestão Urbanística**, informou que “*verifica-se que é proposto o afastamento de seis vírgula setenta e cinco metros do muro ao eixo da via, garantindo assim o dimensionamento de arruamento com perfil dois vírgula vinte cinco metros mais nove metros mais dois vírgula vinte cinco metros, de acordo com anterior parecer do Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente (constante do processo).* -----

--- *Considerando que se mantém o enquadramento no artigo cinquenta e quatro do Regulamento do Plano Director Municipal, e é assegurado estacionamento no interior dos lotes, julga-se poder propor-se a aprovação da pretensão, devendo ser efectuado o pagamento das compensações previstas no artigo dezasseis do Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e oito/noventa e um, de vinte e nove de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro/noventa e cinco, de vinte oito de Dezembro, conforme já expresso na informação técnica de três de Fevereiro (constante do processo).*-----

--- *Resumo de áreas:*-----

--- *Área do terreno igual a mil quatrocentos e oitenta metros quadrados;*-----

--- *Área de lotes igual a mil duzentos e trinta metros quadrados;*-----

--- *Área do acesso comum aos lotes igual a duzentos metros quadrados ( quatro metros x cinquenta metros).*-----

--- *Dos valores acima descritos, resulta uma diferença de cinquenta metros quadrados, que se admite corresponderem a cedência na frente dos lotes para arruamentos e passeios.”*-----

--- Ainda pelo **Chefe da Divisão de Gestão Urbanística**, foi informado que poderá ser aprovado o estudo de loteamento, devendo dar-se a indicação ao requerente que deverão ser pagas as compensações pelo não dimensionamento de áreas de cedência (cerca de cento e vinte metros quadrados), conforme artigo dezasseis do Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e oito/noventa e um, de vinte e nove de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro/noventa e cinco, de vinte oito de

Dezembro.-----

--- Deliberado, por unanimidade, aprovar o presente estudo de loteamento, de acordo com os pareceres técnicos emitidos, devendo o requerente apresentar os projectos das obras de urbanização, no prazo de um ano. -----

--- De **SEUL – SOCIEDADE DE EDIFICAÇÕES URBANAS, LIMITADA**, com sede na Rua Maestro Frederico de Freitas, número quinze – B, Município de Lisboa, solicitando para o loteamento de uma propriedade licenciada pelo alvará quatro/noventa e nove, sita na Urbanização Quinta do Mocho, freguesias de Várzea e São Nicolau, nesta Cidade, o seguinte:-----

--- **UM** - Aprovação da desafecção de uma parcela de terreno do domínio público para o domínio privado;-----

--- **DOIS** – Aprovação da proposta de cedência dos lotes números noventa e sete, noventa e oito e noventa e nove, como pagamento da referida proposta. -----

--- Quanto ao **ponto um**, a **Chefe de Repartição de Apoio Administrativo ao Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, prestou a seguinte informação:-----

--- *“Verificando-se que decorridos os trinta dias após a afixação do Edital número noventa e sete/dois mil e um, referente à desafecção do domínio público, de uma parcela de terreno, com a área de seis mil quinhentos e nove vírgula treze metros quadrados, sita na Urbanização Quinta do Mocho, nas freguesias de São Nicolau e da Várzea, deste Município, não foi apresentada qualquer reclamação, proponho a sua aprovação pelo Executivo Municipal, por forma a que posteriormente possa ser submetida à apreciação da Assembleia Municipal.”* -----

--- Em relação ao **ponto dois**, a Comissão de Avaliação prestou uma informação do seguinte teor:-----

--- *“Na sequência do ofício número quinhentos e cinquenta e dois mil seiscentos e setenta e três, de vinte e um de Maio último, vem o titular do alvará em epígrafe propor a cedência dos lotes noventa e sete, noventa e oito e noventa e nove ao domínio privado da Câmara Municipal, para pagamento da área do domínio público que pretende*

*ocupar com construção em resultado da alteração do projecto de loteamento, cujo valor foi avaliado em trinta mil e quinhentos contos, de acordo com a informação número trinta/dois mil e um, de trinta e Março último (constante do processo), reclamando, ao mesmo tempo, a revisão daquele valor, que considera exagerado, dadas as circunstâncias que levaram à reformulação das áreas de cedência.-----*

*--- De acordo com o Regulamento de Taxas e Compensações, haverá, assim, que proceder à avaliação dos referidos lotes, cujos cálculos são apresentados no quadro seguinte.-----*

Lotes	Áreas	Valor unit. (c/m <sup>2</sup> )	Valor (c)
97	349,38	23	8.000
98	348,54	23	8.000
99	348,79	23	8.000
Total .....			24.000

*--- Verifica-se, assim, que o valor dos lotes é inferior ao da avaliação, em seis mil e cem contos, correspondendo a uma valorização do terreno do domínio público em três vírgula sete contos por metro quadrado.-----*

*--- Considerando, no entanto, que se trata de um terreno que havia sido cedido ao domínio público pelo urbanizador, por força da emissão do alvará de loteamento, e que a alteração ao projecto de loteamento garante as áreas mínimas exigidas para espaços verdes e equipamento, é entendimento da Comissão de Avaliação que se poderá aceitar para pagamento da área do domínio público a reverter para o domínio privado, a cedência dos lotes noventa e sete, noventa e oito e noventa e nove da urbanização a que se refere o alvará em epígrafe, em resultado da revisão da avaliação, traduzida nos cálculos seguintes.-----*

ACTA N.º 16/01  
Reunião de 12 de Junho de 2001

	Áreas (m²)	Custo unitário (c/m²)	% do valor da construção	Valor (c)
Construção	6.019,50	100,0	4	602.000
Terreno	6.509,00	3,7		<b>24.100</b>

--- A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do senhor Vereador Vicente Batalha, aprovar os pontos um e dois, de acordo com as informações técnicas emitidas. -

--- O senhor **Vereador Vicente Batalha**, declarou que o seu voto é em consonância com a deliberação de vinte oito de Fevereiro último. -----

--- De **TRANSPORTADORA DO TEJO À VISTA, LIMITADA**, com sede na Avenida Bernardo Santareno, número vinte e dois – segundo direito, nesta Cidade, solicitando reapreciação do estudo de loteamento para uma propriedade sita no lugar de Quintão – Graíño, freguesia de Várzea, deste Município. -----

--- Deliberado, por unanimidade, concordar com a proposta do senhor Presidente para retirar o processo para que seja efectuada uma visita ao local, devendo ser reagendado para a reunião de vinte um do corrente mês. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta toda a parte da acta referente a **LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES**, a fim de produzir efeitos imediatos.-----

----- **OUTRAS DELIBERAÇÕES** -----

--- **CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DO POMBALINHO – ABERTURA DE CONCURSO** – Pelo **Departamento de Obras Municipais** foi presente a informação número cento e cinquenta e dois-DIS, de vinte e oito do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “Conforme adjudicação de nove de Janeiro de dois mil e um, foi desenvolvido o projecto da Estação de Tratamento de Águas Residuais do Pombalinho.-----

--- O projecto foi desenvolvido com o acompanhamento da Divisão de Infra-estruturas e Saneamento, que durante a sua execução teve oportunidade de ministrar alguns pequenos detalhes necessários à sua devida adaptação à realidade local. O projecto agora entregue

contém os elementos técnicos necessários ao lançamento da correspondente obra a concurso, pelo que tendo em conta o já referido, consideramos que reúne condições de aprovação.-----

--- Colocamos por isso à vossa consideração o lançamento da obra a concurso para a construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais do Pombalinho, cujo valor orçamentado para a obra é, de acordo com o projecto, de noventa e seis milhões duzentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e cinquenta escudos. -----

--- Neste processo estão incluídos:-----

--- Construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais -----

--- Remodelação da Estação Elevatória existente (Estação Elevatória um) -----

--- Construção da Estação Elevatória dois.” -----

--- A Câmara, tomando conhecimento, deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto de execução, proceder à abertura do concurso e aprovar o respectivo programa e caderno de encargos.-----

--- Mais foi deliberado aprovar esta parte da acta em minuta para que possa produzir efeitos imediatos.-----

--- **BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA MUNICIPAL QUINHENTOS E SESSENTA E SETE-DOIS – DESDE A PÓVOA ATÉ AO LIMITE DO CONCELHO – RELATÓRIO FINAL** – Pelo Departamento de Obras Municipais

foi presente a informação número cento e trinta e um-V, de onze do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “UM – INTRODUÇÃO -----

--- Por ter sido concluída a obra mencionada em epígrafe, vimos apresentar o relatório da evolução da mesma, assim como submeter à aprovação a conta final respectiva.-----

--- DOIS – DADOS GERAIS DA OBRA -----

--- Data do contrato – dois de Setembro de mil novecentos e noventa e nove-----

--- Valor da adjudicação – trinta milhões novecentos e sessenta e três mil oitocentos e

sessenta escudos-----

--- Data da consignação – vinte de Setembro de mil novecentos e noventa e nove -----

--- Prazo de execução contratual – cento e vinte dias -----

--- Empreiteiro – Construções Pragosa, Sociedade Anónima -----

--- TRÊS – EVOLUÇÃO DA OBRA -----

--- Os trabalhos correspondentes à empreitada constaram do alargamento da faixa de rodagem , saneamento/substituição de solos e reforço do pavimento existente, para além do melhoramento da drenagem, através da construção de aquedutos e regularização de valetas.-----

--- Na sequência da execução da obra decorreram no entanto duas situações de trabalhos a mais. -----

--- a) Os trabalhos a mais no capítulo dos saneamentos foram da natureza dos contratuais e constaram de:-----

--- Acréscimo da área prevista para os saneamentos -----

--- Constatou-se a necessidade de substituição de solos em praticamente toda a extensão dos quilómetros zero mais duzentos até ao quilómetro zero mais novecentos.-----

--- Acréscimos da quantidade prevista para execução de dreno, situação que surge em consequência da anterior e no sentido de melhor garantia à estabilidade do troço referido.

--- b) Os trabalhos a mais no capítulo da drenagem, foram também contratuais e constaram da necessidade de execução duma quantidade superior à inicialmente prevista de valetas revestidas, em alguns locais críticos em termos da evacuação de águas pluviais.-----

--- Estes trabalhos destinaram-se a conferir mais estabilidade à própria via, uma vez que asseguraram um melhor funcionamento do sistema de águas pluviais, para além de implicarem menores custos de conservação. -----

--- A obra processou-se com normalidade, com cumprimento dos prazos contratuais, tendo no entanto sido alvo de duas suspensões, devido ao mau estado do tempo e à ocorrência de um deslizamento da plataforma. -----

--- QUATRO – CUSTOS -----  
--- Avaliados os custos correspondentes, afectados dos respectivos preços unitários, chegou-se aos valores de:-----  
--- a) nove milhões e trinta e um mil e trezentos escudos, correspondente aos: -----  
--- Item um.sete – Drenos sob valetas revestidas -----  
--- Item dois.um – Escavação e remoção dos produtos escavados -----  
--- Item dois.dois – Camada de saibro de zero vírgula vinte metros de espessura -----  
--- Item dois.três – Duas camadas de tout-venant na espessura de zero vírgula quinze metros-----  
--- b) dois milhões e quatrocentos mil escudos, correspondente ao: -----  
--- Item um.oito – Valeta revestida a betão -----  
--- Na computação de todos os trabalhos, chegou-se aos seguintes valores:-----  
--- Trabalhos contratuais – trinta milhões novecentos e sessenta e três mil oitocentos e sessenta escudos-----  
--- Trabalhos a mais – onze milhões quatrocentos e trinta e um mil e trezentos escudos -  
--- Valor global dos trabalhos executados – quarenta e dois milhões trezentos e noventa e cinco mil cento e sessenta escudos -----  
--- Relativamente à adjudicação, a empreitada teve um acréscimo de trinta e seis vírgula nove por cento, valor que se enquadra dentro dos limites previstos no Decreto-Lei número quatrocentos e cinco/noventa e três, de dez de Dezembro.” -----  
--- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com o relatório final, aprovando os trabalhos a mais, no montante de onze milhões quatrocentos e trinta e um mil e trezentos escudos, devendo ser celebrado o respectivo contrato adicional. -----  
--- **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO NÚMERO DE ANOS DOS EMPRÉSTIMOS CONTRATADOS NO VALOR DE QUATROCENTOS E OITENTA, SETECENTOS E CINQUENTA E QUINHENTOS E SETENTA CONTOS** – Pela Chefe da **Divisão Financeira** foi presente a informação número duzentos e cinquenta mil trezentos e cinquenta e três, de vinte e um do mês findo, do

seguinte teor:-----

--- “Os empréstimos referenciados foram contratados por dez anos.-----

--- Este limite de tempo implica um serviço de dívida elevado, reduzindo a capacidade de endividamento do Município.-----

--- Propõe-se ao executivo a dilatação do prazo, de dez para vinte anos, obtendo-se como já foi referido um resultado vantajoso para a Autarquia.-----

--- Esta proposta, depois de aprovada deverá ser remetida à Assembleia Municipal para o mesmo efeito, enviadas cópias aos bancos para alteração das cláusulas contratuais e finalmente ao Tribunal de Contas para conhecimento.”-----

--- O **Senhor Presidente** considerou esta sugestão dos Serviços financeiros muito correcta, porquanto traz vantagens em vários planos, com especial realce para a majoração da capacidade de endividamento do Município.-----

--- Por outro lado, reduz o serviço de dívida que, neste momento, é elevado e pode constituir uma guilhotina relativamente aos investimentos em curso e a outros a somar aos que estão preconizados. -----

--- O senhor **Vereador Vicente Batalha** questionou sobre o objectivo imediato desta alteração, ou seja, se havia em perspectiva alguma proposta de empréstimo concreta.-----

--- O **Senhor Presidente** esclareceu que para obras em curso aprovadas pela Câmara, se comprometerem os prazos de execução ou a percepção de meios exteriores à Câmara para a sua concretização e se houver soma de vontades, não hesitará em contratualizar um empréstimo. -----

--- A este propósito referiu a sua preocupação relativamente ao Complexo Aquático que é uma obra que não se pode deixar parar. -----

--- No entanto, os contactos que tem mantido com o Senhor Secretário de Estado Ricardo Magalhães têm sido os melhores, no sentido de viabilizar verbas para aquele Complexo, pelo que admite que não venha a ser necessário contrair empréstimo. -----

--- O senhor **Vereador António Oliveira** referiu que o aumento de número de anos dos



empréstimos contratados diminui o serviço de dívida mas, como é evidente, aumenta os juros. -----

--- Por outro lado, o aumento da capacidade de endividamento é fictício, porque havendo uma dilatação do prazo do pagamento não deixa de haver o endividamento já existente, podendo, inclusivé, haver outro que virá diminuir a capacidade futura da Autarquia em termos de endividamento. -----

--- No entanto, se este aumento da capacidade de endividamento, visa propostas integradas na candidatura ao Polis, ou mesmo, concluir o Complexo Aquático, se vier a ser necessário, então esta proposta é bem vinda, concluiu. -----

--- Interveio novamente o senhor **Vereador Vicente Batalha** referindo que a sua maior preocupação tem a ver com o facto da dilatação do prazo de pagamento poder vir a comprometer futuras gestões. -----

--- Por outro lado, se surgirem necessidades inadiáveis e absolutas de obras em curso, poder recorrer ao crédito é uma situação objectiva e normal porque a gestão não pode parar e não se justifica que não se faça havendo capacidade de endividamento. -----

--- Submetido, seguidamente, a assunto a votação pelo Senhor Presidente, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelos serviços financeiros, devendo a mesma ser remetida à Assembleia Municipal para efeitos de apreciação e votação.-----

--- Mais foi deliberado aprovar esta parte da acta em minuta para que possa produzir efeitos imediatos.-----

--- O senhor **Vereador Vicente Batalha** apresentou a seguinte declaração de voto:-----

--- “Eu votei favoravelmente nos pressupostos que foram efectivamente afirmados pelo Senhor Presidente e dentro das garantias dadas relativamente à utilização dessa capacidade de endividamento.” -----

--- **ESCOLA DE MÚSICA DE SANTARÉM – CONTRATO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE** – A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o contrato de direito de superfície a celebrar com a Escola de Música de Santarém, ficando o mesmo anexo à

presente acta, dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei. (Documento I)-----

--- **ASSOCIAÇÃO CRUZ DE CRISTO FUTEBOL CLUBE – POLIDESPORTIVO DA PORTELA DAS PADEIRAS – PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DO DIREITO DE SUPERFÍCIE** – Pelo Técnico Superior de Educação Física, Dr. Joaquim Borges, do

**Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, foi presente a informação número duzentos e setenta, de vinte e quatro do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “Na sequência da inauguração da instalação desportiva indicada em cima, importa neste momento proceder à definição do instrumento que regulará a gestão do referido equipamento desportivo; -----

--- Tendo em conta que a instalação desportiva destina-se a utilização pela comunidade e pela escola;-----

--- Considerando que a gestão da instalação desportiva representa custos para a entidade que assumir a sua responsabilidade;-----

--- Considerando que, caso o clube desportivo pretenda, o recurso a apoios financeiros implicará a apresentação de documento comprovativo da situação patrimonial; -----

--- Tendo em conta o exposto em acima, proponho à consideração de V. Ex.<sup>a</sup> a aprovação do protocolo elaborado pelo Gabinete de Assuntos Jurídicos, que se anexa à presente informação.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os termos do protocolo elaborado pelo Gabinete de Assuntos Jurídicos, transmitindo à Associação Cruz de Cristo Futebol Clube, o direito de superfície de um prédio urbano sito na Portela das Padeiras, por um período de vinte e cinco anos, revertendo o mesmo para a Câmara Municipal de Santarém no caso de extinção da colectividade ou da cessação das suas actividades, na área em causa, por período superior a um ano. -----

--- Mais foi deliberado especificar no protocolo a área de cedência salvaguardando a destinada à actual escola do primeiro ciclo e a anterior, já destinada a Centro de Recursos Educativos, de acordo com protocolo com Escola Superior de Educação.-----

--- A minuta de protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal de Santarém e o Cruz de

Cristo Futebol Clube fica anexo à presente acta, dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei. (Documento II)-----

--- **GUARDARIA DA IGREJA DO SANTÍSSIMO MILAGRE – PROTOCOLO** –

Pelo senhor Consultor Jurídico, Dr. Luís Morgadinho, foi presente a informação número cinquenta e três, de vinte e nove do mês findo, do seguinte teor:-----

--- “Sobre o assunto, acima, identificado, cabe informar, o seguinte:-----

--- Hoje, dia vinte e nove de Maio, pelas dezasseis horas e trinta minutos, recebemos o senhor Padre Borges e o senhor Dr. Licínio, Juiz da Irmandade do Santíssimo Milagre.-----

--- Abordou-se, inicialmente, a questão de um Protocolo em vigor e firmado entre a Igreja e a Câmara Municipal tendo por objecto regular a abertura ao público da Igreja de Marvila.-----

--- Essa experiência tem sido positiva, pese embora o facto de, actualmente, o estado de saúde do senhor Américo prejudicar a plena concretização desse Protocolo.-----

--- Sucede, entretanto, que a Igreja do Santíssimo Milagre é, crescentemente, um lugar de Culto e Peregrinação, acolhendo anualmente, milhares de peregrinos.-----

--- Colocam-se, por isso, algumas exigências aos auxiliares ou funcionários que aí desempenhem as suas funções, sobretudo, com conhecimento de línguas (Inglês e Francês ...) e de História e com alguma sensibilidade religiosa.-----

--- Ora, o recurso aos auxiliares de museografia, não obstante todo o seu brio e zelo, pode revelar-se insuficiente.-----

--- Deste modo, afigura-se existirem razões ponderosas que aconselhem a celebração de um outro Protocolo que vá de encontro àquelas exigências, tendo em vista a contratação de alguém capaz de desempenhar, a contento, essas funções.-----

--- Para tanto, o senhor Padre Borges, juntou exemplar de Protocolo, idêntico ao da Igreja de Marvila, que juntamos a esta nossa informação e servirá de uma base de trabalho, caso, assim, se entenda.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Protocolo apresentado, a celebrar

entre a Câmara Municipal de Santarém e o Santuário do Santíssimo Milagre de Santarém, a propósito da Guardaria da Igreja do Santíssimo Milagre, ficando o mesmo anexo à presente acta, dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei. (Documento III). -----

--- **PROJECTO DE AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS – PEDIDO DE PARECER** – Pelas **escolas das freguesias de São Vicente do Paúl, Casével, Arneiro das Milhariças, Tremês, Vaqueiros, Achete, Pernes e a Escola Básica dos segundos e terceiros ciclos Dom Manuel I de Pernes** foi apresentada proposta de constituição de um agrupamento vertical de escolas que fica anexo à presente acta dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei. (Documento IV)-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à constituição do agrupamento vertical de escolas apresentados. -----

--- **CAMPANHA “NA CIDADE SEM O MEU CARRO!” EM DOIS MIL E UM** – Em continuação do deliberado na reunião do Executivo Municipal, realizada em onze de Abril último, pelo **Departamento de Obras Municipais** foi presente a informação número cento e sessenta e um-TR, de cinco do corrente mês, do seguinte teor:-----

--- “Na sequência da deliberação do Executivo Municipal no sentido de aderir à iniciativa em epígrafe (reunião de onze de Abril de dois mil e um), importa nesta fase assegurar o fornecimento de alguns dados ao IPAMB – Instituto de Promoção Ambiental, conforme solicitado, a apresentar até ao dia dezoito de Junho.-----

--- Nesse contexto, elaborou-se uma planta com a delimitação do perímetro a vedar ao trânsito, a qual se junta em anexo, para efeitos de aprovação.-----

--- Dos dados necessários julga-se que poderá também ser submetido à consideração do Executivo Municipal o Tema da Campanha Local. -----

--- Importa salientar que o ofício da Secretaria de Estado do Ambiente, datado de vinte e dois de Março de dois mil e um, refere que a Campanha deste ano, deverá, obrigatoriamente, deixar medidas permanentes para além da data da acção. Assim, entende-se que poderá o corte de trânsito na Rua Dr. Teixeira Guedes, Rua Guilherme de

Azevedo e Rua Serpa Pinto, efectuar-se a título permanente, ainda que sujeito a horário a definir ou com algumas excepções para cargas e descargas.” -----

--- De acordo com a ficha anexa à presente a informação o perímetro a vedar ao trânsito será delimitado pela Rua Vasco da Gama inclusivé, Largo Cândido dos Reis, Rua Pedro Calmon, Avenida José Saramago, Rua Cidade da Covilhã, Praça Sá da Bandeira, Rua trinta e um de Janeiro e Estrada Nacional cento e catorze. As plantas de delimitação da zona de proibição do trânsito ficam anexas à presente acta (Documentos V e VI). -----

--- A Câmara, sob proposta do senhor Vereador Hermínio Martinho, deliberou, por unanimidade, concordar com o preconizado na informação atrás transcrita. -----

--- **JUNTA DE FREGUESIA DE AZOIA DE BAIXO – SIMBOLOGIA HERÁLDICA – PEDIDO DE APOIO** – Na sequência de um ofício da Junta de Freguesia em epígrafe, solicitando a atribuição de um subsídio destinado à ordenação heráldica do brasão, bandeira e selo branco, a Câmara, em face da informação do Coordenador do Gabinete de Apoio às Freguesias, deliberou, por unanimidade, atribuir, para o efeito, um subsídio, no montante de cento e cinquenta mil escudos, em conformidade com a deliberação do Executivo Municipal de vinte e oito de Outubro de mil novecentos e noventa e seis. -----

--- **JUNTA DE FREGUESIA DE AZOIA DE CIMA – POLIDESPORTIVO – PEDIDO DE APOIO** – Na sequência de um ofício da Junta de Freguesia em epígrafe, solicitando a atribuição de um subsídio no montante de um milhão e quatrocentos mil escudos, destinado à conclusão do Polidesportivo da freguesia, o Técnico Superior de Educação Física, Dr. Joaquim Borges, do Departamento de Assuntos Culturais e Sociais, prestou a informação número duzentos e sessenta e nove, de vinte e quatro do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “Considerando o pedido apresentado pela Junta de Freguesia de Azoia de Cima, que se anexa, à presente informação; -----

--- Considerando que os trabalhos estão prestes a ser concluídos, com vista a colocar em

funcionamento aquela instalação desportiva; -----

--- Tendo em conta o montante solicitado através do referido pedido;-----

--- Venho por este meio colocar à consideração de V. Ex.<sup>a</sup> que seja atribuído um apoio financeiro no valor de setecentos mil escudos, correspondente a cinquenta por cento do valor apresentado.”-----

--- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Maria da Graça Morgadinho, deliberou, por unanimidade, atribuir à Junta de Freguesia de Azoia de Cima, um subsídio no montante de setecentos mil escudos. -----

--- **ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PERNES – ENCONTRO INTERNACIONAL DE DADORES DE SANGUE – PEDIDO DE**

**APOIO** – Para realização do XVIII Encontro Nacional e XII Internacional de Dadores de Sangue, foi presente um ofício da Associação em epígrafe, solicitando os seguintes apoios: -----

--- Instalação e disponibilização de instalações sanitárias; -----

--- Instalação e disponibilização de aparelhagem de som; -----

--- Apoio financeiro no montante de seiscentos mil escudos. -----

--- Na sequência deste pedido, o **Coordenador do Gabinete de Apoio às Freguesias**, informou: -----

--- “O pedido de apoio financeiro de seiscentos contos deverá ser submetido a deliberação do executivo municipal. -----

--- Quanto às instalações sanitárias, já estão asseguradas, bem como a aparelhagem de som, através do Departamento de Assuntos Culturais e Sociais, com o “X-TREAM”.” --

--- A Câmara, sob proposta do Senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, aguardar a realização do Encontro, para posterior deliberação, em face dos dados que então poderão ser apresentados com todo o rigor. -----

--- O senhor Vereador Vicente Batalha não participou na apreciação e votação deste assunto, por ser Presidente da Direcção desta Associação. -----

--- **ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE**

**SANTARÉM – ALIMENTAÇÃO PARA OS GRUPOS DE PRIMEIRA**

**INTERVENÇÃO** – Foi presente um ofício da Associação em epígrafe, solicitando o apoio da Câmara no fornecimento das refeições diárias ao Grupo de Primeira Intervenção que vai entrar em funcionamento no período de dois de Julho a trinta de Setembro.-----

--- A Câmara, sob proposta do Senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, conceder o apoio solicitado.-----

--- O senhor Vereador Hermínio Martinho não participou nesta votação por ser Presidente da Assembleia Geral desta Associação. -----

--- Mais foi deliberado, por unanimidade, contemplar igualmente as Corporações de Bombeiros de Pernes e de Alcanede.-----

--- Não participou na votação relativa à Corporação de Pernes, o senhor Vereador Vicente Batalha, por ser Presidente da Direcção da mesma. -----

**GRUPO SCÁLABIS – UNIÃO DE VETERANOS DE SANTARÉM – PEDIDO DE APOIO PARA DESLOCAÇÃO A INGLATERRA**

– Na sequência de um pedido do Grupo em epígrafe, o Técnico Superior de Educação Física, Dr. Joaquim Borges, do **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, prestou a informação número duzentos e sessenta e cinco, de vinte e dois do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “Tendo em conta o exposto no Regulamento do Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo dois mil/dois mil e um; -----

--- Tendo em conta o exposto no ponto número oito.três do referido Regulamento, nomeadamente quanto ao apoio previsto para deslocações a países da União Europeia;--

--- Tendo em conta o pedido apresentado pelo Grupo Scálabis – União de Veteranos de Santarém, relativo a deslocação a Cambridge de uma equipa de futebol;-----

--- Cumpre-me informar V. Ex.<sup>a</sup> do seguinte: -----

--- a) A referida entidade não entregou até à data qualquer documentação referente à respectiva actividade, desenvolvida durante a presente época desportiva, de acordo com o indicado no ponto dois do Regulamento;-----

--- b) O apoio previsto para as deslocações a Inglaterra é de cento e oitenta mil escudos.”A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Maria da Graça Morgadinho, deliberou, por unanimidade, conceder apoio no montante de cento e oitenta mil escudos. -----

--- **JUNTA DE FREGUESIA DE MARVILA – TOPONÍMIA** – Foi presente um ofício da Junta de Freguesia de Marvila, propondo a atribuição das denominações de Bairro Cláudio e Bairro Taborda, a arruamentos sitos na área daquela freguesia, em conformidade com as plantas anexas à presente acta. (Documento VII)-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Junta de Freguesia. ----

--- **ESPLANADA NO LARGO PEDRO ÁLVARES CABRAL** – Foi presente um requerimento de Diogo Miguel Paulino Rato, para instalação de uma esplanada no Largo Pedro Álvares Cabral, freguesia de Marvila, durante os meses de Julho, Agosto e Setembro.-----

--- Na sequência deste pedido, o Chefe da **Divisão de Núcleos Históricos**, informou: ---

--- “Relativamente à colocação de uma esplanada no Largo Pedro Álvares Cabral parece-nos que o espaço não comporta o número de mesas e cadeiras pretendido, embora se considere que seja possível colocar quatro mesas e algumas cadeiras, cerca de dezasseis. -----

--- Deverá ser aproveitado o espaço interior do claustro para as restantes mesas e cadeiras. -----

--- A esplanada não deverá ultrapassar o espaço destinado aos peões e permitir o acesso franco à porta de entrada do edifício onde se situa o ISLA - Santarém Educação e Cultura, Limitada. -----

--- As mesas, cadeiras e chapéus de sol devem ter qualidade no que respeita aos materiais, serem de cor única e isentas de publicidade. -----

--- Deverá previamente o requerente contactar a Divisão de Núcleos Históricos para indicação do tipo de mesa, cadeira e chapéu de sol que pretende aplicar.”-----

--- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Maria da Graça Morgadinho,



deliberou, por unanimidade, autorizar a instalação da esplanada, desde que cumpridas as indicações técnicas referidas na informação atrás transcrita. -----

--- **INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL – INICIATIVAS LOCAIS DE EMPREGO** –

Foram presentes oficiais do Instituto em epígrafe, solicitando pareceres sobre os seguintes projectos de candidatura aos apoios previstos no programa das Iniciativas Locais de Emprego: -----

--- **UM** – Projecto apresentado por **João Carlos Rodrigues da Cruz**, com a finalidade de desenvolver actividades relacionadas com jardinagem, em Ponte Nova, freguesia de Casével, prevendo a criação de um posto de trabalho. -----

--- **DOIS** – Projecto apresentado por **Carlos Alberto Aires Moço**, com a finalidade de desenvolver actividades relacionadas com serralharia artística, no Casal Belchior, Rua dos Carpinteiros, Sobral, freguesia de São Vicente do Paúl, prevendo a criação de dois postos de trabalho. -----

--- **TRÊS** – Projecto apresentado por **Jorge e Sofia – Sociedade de Mediação Imobiliária, Limitada**, para a criação de três postos de trabalho, cuja actividade de mediação imobiliária terá lugar na Praceta Cónego Dr. Manuel Nunes Formigão, lote duzentos e sete, rés-do-chão, direito, em Santarém. -----

--- **QUATRO** – Projecto apresentado por **Cláudio Eugénio Aleixo e Patrícia Rosa Aleixo**, para desenvolver actividades relacionadas com mecânica, na Praceta Habijovem, número cinco, sétimo andar direito, em Santarém, prevendo a criação de dois postos de trabalho. -----

--- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável às candidaturas em apreço. -----

--- **CINCO** – Projecto apresentado por **Ana Raquel Marques Santos Silva**, para a criação de um posto de trabalho, cuja actividade irá ter lugar no Largo Emílio Infante da Câmara, rés do chão, em Santarém. -----

--- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, deliberou, por unanimidade, solicitar esclarecimentos ao Instituto de Emprego e Formação Profissional,

acerca da actividade a desenvolver -----

--- **VISTORIAS** – Foram presentes os seguintes pedidos: -----

--- **UM** – Em continuação do deliberado na reunião do Executivo Municipal realizada em onze de Outubro do ano findo, foi presente uma exposição apresentada pela **Administração do Condomínio do prédio sito na Urbanização de São Domingos, Rua Cidade de Lisboa, número oito, em Santarém.** -----

--- Na sequência desta exposição, o **Gabinete de Assuntos Jurídicos**, informou: -----

--- “Em face da informação prestada pelos condóminos, em nove de Janeiro de dois mil e um, sugere-se a seguinte actuação: -----

--- Primeiro – Que os técnicos que fizeram o Auto de Vistoria, em vinte e cinco de Julho de dois mil, elaborem um novo Auto de Vistoria, tendo em conta a informação prestada, em nove de Janeiro de dois mil e um, pelos condóminos. -----

--- Segundo – Em face deste novo Auto de Vistoria, sugere-se que o construtor seja novamente notificado para executar as obras preconizadas no referido Auto de Vistoria, dando também conhecimento da exposição apresentada pelos condóminos, estipulando um prazo para a execução dos mesmas, nos termos do artigo cento e sessenta e seis do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, sob pena, caso V. Ex.<sup>a</sup> considere oportuno, de a Câmara Municipal ocupar o prédio e proceder à execução imediata, imputando-lhe os devidos custos. -----

--- Terceiro – Importa que a Repartição de Contencioso avalie, nos termos do parágrafo terceiro do artigo cento e sessenta e dois do RGEU - Regulamento Geral das Edificações Urbanas, da pertinência de proceder a um processo de contra-ordenação contra o construtor.” -----

--- Foi também, efectuada nova vistoria, em treze de Maio último, tendo a respectiva **Comissão de Vistorias** concluído: -----

--- “Acompanhados do actual Administrador do prédio, Senhor João Pereira, visitamos as seguintes fracções: -----

--- Primeiro andar esquerdo -----

- Segundo andar direito -----
- Terceiro andar direito -----
- Terceiro andar esquerdo -----
- Quarto andar direito -----
- Quinto andar direito -----
- Quinto andar esquerdo -----
- Sexto andar -----
- Garagem colectiva (três lugares) -----
- De acordo com o que foi verificado no local as anomalias registadas no Auto de Vistoria anterior com data de vinte e cinco de Julho do ano de dois mil, mantêm-se tendo eventualmente sido agravadas pelo rigoroso Inverno, com forte pluviosidade que se fez sentir no final do ano anterior e princípio deste ano.-----
- Resumidamente as deficiências apontadas e detectadas são idênticas e comuns à maioria das fracções. -----
- Assim, entendemos que o construtor deverá promover os trabalhos de reparação em coordenação com a administração das seguintes anomalias: -----
- Reparação das paredes em azulejo da fachada (azulejos em perigo de queda) principal, posterior e lateral do edifício. -----
- Reparação da impermeabilização dos terraços.-----
- Eliminar fissuração em paredes e tectos. -----
- Verificar ralos e tubos de esgoto dos lavatórios (deficiente escoamento).-----
- Eliminar ferrugem das grades de ferro. -----
- Eliminar mau cheiro em cozinhas e instalações sanitárias, reparando o sistema de ventilação.-----
- Reparar ombreiras das janelas e portas de sacada. -----
- Eliminar entrada de água em chaminé.” -----
- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, deliberou, por unanimidade, notificar a empresa construtora, para que proceda à correcção das

anomalias construtivas elencadas nos autos de vistoria de vinte e cinco de Julho de dois mil e treze de Fevereiro de dois mil e um.-----

--- Não se encontrava presente na sala durante a apreciação e votação deste assunto o senhor Vereador Vicente Batalha.-----

--- **DOIS** – Na sequência de informação prestada pela Divisão de Núcleos Históricos, a **Comissão de Vistorias** compareceu na Rua quinze de Março, freguesia de Salvador, desta cidade, para verificação das condições de segurança, construção e habitabilidade do referido edifício, tendo concluído:-----

--- “Da observação exterior do edifício nos seus aspectos construtivos e de conservação, verificou-se o avançado estado de degradação das fachadas e seus elementos arquitectónicos construtivos.-----

--- A debilidade construtiva é visível através das rachas e fendas nas paredes exteriores, despegamentos e quedas de rebocos, beirados e caixilharias em avançado estado de degradação.-----

--- As patologias verificadas tiveram também como origem o deficiente escoamento de águas pluviais causado pela degradação da cobertura.-----

--- Deverão ser efectuadas obras urgentes de reparação e consolidação do edifício, ao nível estrutural, da cobertura e fachadas, para garantia das condições de segurança e saúde pública.”-----

--- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, deliberou, por unanimidade, notificar o proprietário do edifício, para que proceda à intervenção preconizada no Auto de Vistoria.-----

--- Não se encontrava presente na sala durante a apreciação e votação deste assunto o senhor Vereador Vicente Batalha.-----

--- **TRÊS** – Na sequência da informação prestada pela Divisão de Núcleos Históricos, a **Comissão de Vistorias** compareceu na Travessa de São Brás, números sete, nove, onze e treze, para verificação das condições de segurança, construção e habitabilidade do referido edifício, pertencente ao Centro Social Interparoquial de Santarém, tendo

concluído: -----

--- “Da observação do edifício nos seus aspectos construtivos e de conservação, verificou-se o avançado estado de degradação das alvenarias existentes e seus elementos arquitectónicos construtivos, situações de pré-ruína e desmoronamentos parciais de paredes interiores e cobertura.-----

--- A debilidade construtiva é visível e reflecte-se através das rachas e fendas na fachada principal despegamentos e quedas de rebocos, beirados e caixilharias em avançado estado de degradação. -----

--- As patologias verificadas resultaram do abandono a que o edifício foi sujeito, não tendo sido realizadas quaisquer obras de conservação do edifício nas últimas décadas. --

--- Deverão ser efectuadas obras urgentes de reparação e consolidação do edifício, ao nível estrutural, da cobertura e fachadas, para garantia das condições de segurança e saúde pública.” -----

--- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, deliberou, por unanimidade, notificar o Centro Social Interparoquial de Santarém, para que promova as intervenções preconizadas pela Comissão de Vistorias.-----

--- Não se encontrava presente na sala durante a apreciação e votação deste assunto o senhor Vereador Vicente Batalha. -----

--- **FEIRA NACIONAL DE AGRICULTURA/FEIRA DO RIBATEJO – PEDIDO DE PATROCÍNIO** – Na sequência de um ofício do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio àquele Centro Nacional de Exposições, no montante de vinte mil contos, como patrocínio destinado à trigésima oitava edição da Feira Nacional da Agricultura/Feira do Ribatejo. -----

--- Não se encontrava presente na sala durante a apreciação e votação deste assunto o senhor Vereador Vicente Batalha. -----

--- **FESTIVAL MUNDIAL DA JUVENTUDE – PROPOSTA DE INSCRIÇÃO DO MELHOR ALUNO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM NO**

**REFERIDO FESTIVAL** – Foi presente um ofício do Conselho Nacional de Juventude convidando a Câmara a inscrever um ou mais jovens no Festival Mundial da Juventude, a realizar no Panamá, de vinte e um a vinte e oito do próximo mês de Julho.-----

--- Na sequência deste ofício, o Técnico Superior de Educação Física, Dr. Joaquim Borges, do Departamento de Assuntos Culturais e Sociais, prestou a informação número vinte e nove, de cinco do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “Tendo em conta o ofício apresentado pelo Conselho Consultivo da Juventude que se anexa à presente informação, relativo à realização do Festival Mundial da Juventude entre os dias vinte e um a vinte e oito de Julho próximo futuro; -----

--- Tendo em conta que a inscrição para participação naquela Festival implica o pagamento de um taxa no valor de duzentos e vinte e cinco mil escudos; -----

--- Considerando que o Instituto Politécnico de Santarém atribui bolsas como forma de premiar os melhores alunos respectivos, sendo possível identificar o melhor aluno do referido Instituto; -----

--- Deixo à consideração de V. Ex.<sup>a</sup> a formalização da inscrição do melhor aluno do Instituto Politécnico de Santarém no Festival Mundial da Juventude, a indicar por esta instituição de ensino.” -----

--- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Maria da graça Morgadinho, deliberou, por unanimidade, inscrever o melhor aluno do Instituto Politécnico de Santarém, para participar no referido Festival, assumindo os respectivos encargos, no montante de duzentos e vinte e cinco mil escudos.-----

--- Não se encontrava presente na sala durante a apreciação e votação deste assunto o senhor Vereador Vicente Batalha. -----

--- **Em virtude de não constar da ordem de trabalhos, o senhor Presidente solicitou aos senhores Vereadores autorização para incluir na mesma o assunto seguinte, não tendo havido oposição:**-----

--- **LINHA DE CRÉDITO PARA REPARACÃO DOS PREJUÍZOS RESULTANTES DAS INTEMPÉRIES OCORRIDAS DESDE NOVEMBRO DE**

**DOIS MIL – DECRETO-LEI NÚMERO TRINTA E OITO-C/DOIS MIL E UM, DE OITO DE FEVEREIRO**

– Pela Directora de Projecto, Dr.<sup>a</sup> Catarina Malha, do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento, foi presente a informação número trinta e três, de onze do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “Para efeitos do disposto no artigo terceiro, número um, do Decreto-Lei número trinta e oito-C/dois mil e um, de oito de Fevereiro, foram certificados, pela Direcção-Geral das Autarquias, os danos apresentados pela Câmara Municipal de Santarém, provocados pelas intempéries ocorridas desde Novembro de dois mil, em equipamentos municipais e infraestruturas municipais, no montante de um bilião e setenta e cinco milhões de escudos, conforme validação da Direcção Regional da Administração Autárquica e, listados em anexo, podendo esta autarquia contrair um empréstimo bonificado, nos termos do diploma supra, até ao montante máximo de **trezentos e noventa e dois milhões trezentos e noventa e nove mil escudos**.-----

--- Conforme o disposto nos números um e dois do artigo quarto o valor do empréstimo não poderá exceder o montante aferido pela Direcção-Geral das Autarquias, (trezentos e noventa e dois milhões trezentos e noventa e nove mil escudos) sendo o prazo máximo do empréstimo **vinte anos** com um período de carência de amortização de capital até **três anos**.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com a contratação de um empréstimo no montante de trezentos e noventa e dois milhões trezentos e noventa e nove mil escudos, ao abrigo do Decreto-Lei número trinta e oito-C/dois mil e um, de oito de Fevereiro, para reparação dos prejuízos resultantes das intempéries ocorridas desde Novembro de dois mil. -----

--- Mais foi deliberado remeter o assunto à Assembleia Municipal para efeitos de apreciação e votação. -----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Rosa Maria Feliciano e Vicente Batalha.-----

----- **TEMAS PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL** -----

--- Informação número cento e quarenta e nove, de trinta do mês findo, do Chefe da **Divisão de Núcleos Históricos**, informando que aquela Divisão apresentou Candidatura ao Prémio Nacional de Arquitectura “Alexandre Herculano” da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, com o projecto da Casa do Brasil/Casa Pedro Álvares Cabral. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Ofício do Gabinete do Presidente do **Instituto Brasileiro de Turismo**, colocando-se à disposição para, através do Turismo, estreitar ainda mais as relações entre o Brasil e Portugal. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Ofício da **Câmara Municipal da Brava, República de Cabo Verde**, convidando o Senhor Presidente a visitar o Município da Brava, para avaliar as carências, capacidades, potencialidades e oportunidades que podem influenciar a cooperação com o Município de Santarém. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Carta da **Associação Artefilme**, comunicando que o filme “Henrique” foi seleccionado para competição no Festival ARTEFILM, na Bratislava – Eslováquia. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Ofício da **Associação de Basquetebol de Santarém**, agradecendo o apoio e colaboração da Câmara na realização da fase final do Campeonato Nacional de Juniores Femininos, sem a qual não teria sido possível oferecer aos jovens participantes tão digno espectáculo desportivo. -----

--- Tomado conhecimento. -----

---Circular número cinquenta e um, da **Associação Nacional de Municípios Portugueses**, informando que o respectivo Conselho Directivo deliberou cessar a sua participação na Comissão Nacional da Bandeira Azul para as Praias. Simultaneamente sugere aos Municípios que enquanto não detiverem as competências e respectiva jurisdição sobre as Praias, não participem nas campanhas



- da Bandeira Azul da Europa. -----
- Tomado conhecimento. -----
- Circular número cinquenta e seis, de vinte e oito do mês findo, da **Associação Nacional de Municípios Portugueses**, reafirmando a sua posição de considerar inaceitável a publicação do Regulamento Geral do Ruído, nos termos em que o mesmo se apresenta, continuando-se a entender que nenhum Município deve exercer as novas competências previstas naquele Regulamento. -----
- Tomado conhecimento. -----
- **Contrato de Factoring com a firma João Salvador, Limitada – Banco Português de Investimento Factor.** -----
- Tomado conhecimento. -----
- **Contrato de Factoring com a firma João Salvador, Limitada – Lusofactor.**-----
- Tomado conhecimento. -----
- Informação número cento e quinze, de cinco do corrente mês do **Gabinete de Assuntos Jurídicos**, relacionada com Beneficiação da Estrada de São Domingos – Restaurante “O Timpanas”, do seguinte teor:-----
- “Na sequência da nossa informação número cento e um, de vinte e dois de Maio de dois mil e um, cumpre-nos informar o seguinte:-----
- Primeiro – Por força da insistência das negociações conseguidas, foi atingido o valor de vinte milhões de escudos, conforme tinha sido alvitado no ponto quatro da citada informação; -----
- Segundo – Aguarda-se para a próxima sexta-feira a formalização do acordo, sugerindo-se a aceitação contemporânea de V. Ex.<sup>a</sup>, accionando-se os procedimentos necessários para as máquinas entrarem na parcela de terreno; -----
- Terceiro – Para isso, solicita-se a V. Ex.<sup>a</sup> que seja afecta uma equipa dos Serviço de Higiene e Limpeza para ajudar o proprietário do imóvel a retirar o recheio do restaurante, por forma a criar as condições necessárias para a demolição do imóvel; -----
- Quarto – Importa lembrar que o proprietário, por força das negociações, prescindiu

de qualquer valor indemnizatório.” -----

--- A Câmara, tomando conhecimento, deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente, de sete do corrente mês que, nos termos da Lei, concordou com o preconizado na informação atrás transcrita, devendo agir-se em conformidade.-----

--- Informação número duzentos e cinquenta, de quinze do mês findo, da Técnica Superior de Serviço Social Assessora, do **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, efectuando a avaliação das três sessões de esclarecimento promovidas pelos serviço de Acção Social, referentes à introdução da Moeda Única Europeia.-----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Ofício dirigido à Câmara Municipal de Santarém, pelo **Deputado José Miguel Correia Noras**, sobre as consequências da queda de barreiras e parte de muralhas em Santarém (Requerimento Parlamentar do Governo), do seguinte teor: -----

--- “Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, apresenta-se ao Governo, através do Ministério do Equipamento Social – Secretaria de Estado das Obras Públicas, o requerimento abaixo descrito: -----

--- “O Ribatejo deve ser visto das Portas do Sol de Santarém, num dia de cheia, ou das bancadas dum praça de toiros, numa tarde de Verão. Num dia de cheia, porque o Tejo hipertrofiado marca exactamente a extensão e os contornos que a geografia nunca encontrou numa tarde de Toiros, porque é no redondel que se precisa a sua íntima significação”. -----

--- Estas palavras de Miguel Torga, no seu livro “Portugal”, acabaram por definir o Ribatejo como um grito de felicidade incontida no corpo da tristeza lusa, uma faixa escarlate e festiva à cinta de Portugal. -----

--- Esta alegria, captada por Torga, ficou ferida de enorme tristeza, quando a mão pesadas das intempéries fez eclipsar património multissecular em breves faíscas de tempo.-----

--- O país impressionou-se e compreendeu que não basta atribuir aos valores patrimoniais o papel de “seres” espectadores. Urge levantar alto as estratégias que elejam

o legado da memória como capital de futuro, valioso e único, e não como encargo embaraçoso de tempo passado.-----

--- Quem olhar o tecto da sala de sessões da Assembleia da República vê destacados os símbolos heráldicos de algumas cidades de Portugal. Junto dos brasões de Lisboa e Porto, em linguagem de simetria com Coimbra, ali estão pintadas as muralhas de Santarém, envolvidas nas águas prateadas do Tejo.-----

--- A queda de parte das muralhas de Santarém, em fins de dois mil, sensibilizou Portugal, lançando o mote para a necessária reunião de vontades e articulação de meios susceptíveis de melhorar ainda mais a prevenção de riscos e a minimização dos efeitos provocados pelo tempo na fragilidade do património, cuja protecção cada vez mais se impõe, de forma partilhada, como lição das coisas da sociedade, instituindo-se como paradigma da cultura, qual semente que se pretende lançar e de seguida colher e volta a lançar, para de novo desabrochar, enquanto contributo para a formação das gerações e da afirmação de Portugal.-----

--- Conhecidas as acções prontamente pelo Governo, em colaboração com as autarquias, sublinha-se a importância da Ponte Salgueiro Maia, como grande alternativa aos itinerários nacionais entretanto vedadas ao trânsito, em virtude da queda das muralhas e das barreiras. Pergunta-se, no entanto, se já é possível adiantar uma previsão para a reabertura ao trânsito da Estrada Nacional cento e catorze, ligando o norte e o sul, Santarém e Almeirim. -----

--- Por outro lado, associada com o problema, se está concebida uma alternativa à linha férrea ao norte, em Santarém, dadas as suas reais consequências e implicações para a instabilidade do planalto da cidade e para a degradação – aliás bastante acelerada – de Santa Iria. Atravessando esta área urbana ribeirinha, a linha do norte torna-se incompatível com as altas velocidades e bloqueia o desenvolvimento da zona envolvente.”-----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Ofício dirigido à Câmara Municipal de Santarém pelo **Deputado José Miguel**

**Correia Noras** sobre a Reserva Ecológica Nacional (Requerimento Parlamentar ao Governo), do seguinte teor:-----

--- “Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, apresenta-se ao Governo, através do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território – Direcção-Geral do Ambiente, o requerimento abaixo descrito:-----

--- Da estimulante diversidade da vastidão paisagística portuguesa emergiram notórias carências no plano normativo, visando a salvaguarda e a valorização dos recursos naturais de inequívoco valor patrimonial. -----

--- Entre os instrumentos reguladores das intervenções urbanísticas releva-se a carta da Reserva Ecológica Nacional, aprovada e publicada em Diário da República para os diferentes municípios portugueses. -----

--- Apesar da clareza dos objectivos e das vantagens na regulamentação descrita, verifica-se que, em alguns municípios, há nítidos desajustamentos das respectivas cartas em relação às expectativas, equilibradas e justas, das freguesias rurais, no que se reporta à sua preservação e ao seu desenvolvimento urbano. -----

--- Nesta conformidade, requer-se informação acerca de medidas que, eventualmente, estejam em curso para aperfeiçoar/precisar/alterar as cartas da Reserva Ecológica Nacional, para o todo nacional ou, na inexistência dessas medidas, indicações dos procedimentos mais expeditos para as reformulações/actualizações nos municípios que, assim o desejam.” -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Ofício dirigido à Câmara Municipal de Santarém, pelo **Deputado José Miguel Correia Noras**, sobre revisões de Planos Directores Municipais (Requerimento Parlamentar ao Governo), do seguinte teor:-----

--- “Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, apresenta-se ao Governo, através do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território – Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, o requerimento abaixo descrito:

--- “Em face das dificuldades sentidas por elevado número de autarquias, não obstante o

esforço legislativo já efectuado pelo Governo, requer-se informação sobre eventuais medidas em curso que visem agilizar ainda mais os procedimentos administrativos concernentes à revisão dos Planos Directores Municipais que, em cada concelho, se revele necessária.” -----

--- Tomado conhecimento. -----

----- **INFORMACÕES PRESTADAS PELOS SENHORES PRESIDENTE E** -----

----- **VEREADORES** -----

--- Após apreciação dos documentos apresentados à reunião, intervieram para dar conhecimento de diversos assuntos, os seguintes membros da Câmara Municipal. -----

--- **SENHOR PRESIDENTE JOSÉ MIGUEL CORREIA NORAS – UM** – Dia um de Junho – Retomou as funções de Presidente da Câmara, após passagem de quarenta e cinco dias pela Assembleia da República, onde exerceu o cargo de deputado. -----

--- **DOIS** – Reuniu-se com o Presidente do Conselho de Administração da DET - Desenvolvimento Empresarial e Tecnológico, Sociedade Anónima-----

--- **TRÊS** – Recebeu o Coordenador dos CENSOS’ dois mil e um. -----

--- **QUATRO** – Reuniu-se com o Presidente do Conselho de Administração do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas. -----

--- **CINCO** – Participou na reunião do Conselho de Administração do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas. -----

--- **SEIS** – Reuniu-se com os Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho. -----

--- **SETE** – Dia dois de Junho – Visitou Almoester, acompanhando as diferentes iniciativas integradas na Festa das Flores.-----

--- **OITO** – Assistiu ao Recital de Piano, na Casa do Brasil, com a participação dos alunos da Escola de Música de Santarém e da Escola de Música de Nossa Senhora do Cabo (Linda-a-Velha). -----

--- **NOVE** – Associou-se ao X Encontro de Coros do Ribatejo, organizado pelo Círculo Cultural Scalabitano. -----

--- **DEZ** – Assistiu ao lançamento do oitavo C. D. da Orquestra Típica Scalabitana. -----

- **ONZE** – Visitou a Portela das Padeiras, onde assistiu ao XX Festival de Folclore.----
- **DOZE** – Dia três de Junho – Participou no almoço de convívio promovido pela Associação de Futebol de Santarém, assinalando a realização da final da “Taça do Ribatejo”.-----
- **TREZE** – Presidiu ao acto inaugural da nova sede da Junta de Freguesia de Vaqueiros.-----
- **CATORZE** – Visitou Alcanede, tendo assistido ao III Encontro de Bandas do Concelho de Santarém, que decorreu na A.R.C.A. – Associação Recreativa e Cultural de Alcanede.-----
- **QUINZE** – Dia – quatro de Junho – Recebeu o Presidente do Grupo Cintra. -----
- **DEZASSEIS** – Visitou a unidade cervejeira daquele grupo, em construção nesta cidade. -----
- **DEZASSETE** – Reuniu-se com o excelentíssimo Governador Civil do Distrito de Santarém.-----
- **DEZOITO** – Dia cinco de Junho – recebeu os Deputados da Assembleia da República que integram a Comissão de Juventude e Desporto da Assembleia da República.-----
- **DEZANOVE** – Participou na reunião da Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional da Cultura.-----
- **VINTE** – Dia seis de Junho – Reuniu-se com o Presidente do Instituto Nacional da Água, a propósito da informação da candidatura de Santarém a Património Mundial. -----
- **VINTE E UM** – Reuniu-se com o Administrador Geral do Banco do Brasil, visando a obtenção de apoios para a Casa do Brasil/Casa de Pedro Álvares Cabral em Santarém. -----
- **VINTE E DOIS** – Reuniu-se com o Ministro da Juventude e do Desporto.-----
- **VINTE E TRÊS** – Dia sete de Junho – Presidiu, nos Paços do Concelho de Viana do Castelo, a nova reunião da Direcção da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico. -----

- **VINTE E QUATRO** – Recebeu o Delegado Distrital da ANJE - Associação Nacional de Jovens Empresários em Santarém. -----
- **VINTE E CINCO** – Reuniu-se com o Presidente da Direcção do Atlético Futebol Clube do Vale de Santarém. -----
- **VINTE E SEIS** – Reuniu-se com o Presidente da Junta de Freguesia de Amiais de Baixo. -----
- **VINTE E SETE** – Recebeu o Director do Instituto Educativo do Ribatejo. -----
- **VINTE E OITO** – Reuniu-se com o Presidente do Conselho de Administração da DET - Desenvolvimento Empresarial e Tecnológico, S.A. -----
- **VINTE E NOVE** – Recebeu o Presidente da Direcção do NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém. -----
- **TRINTA** – Dia oito de Junho – Reuniu-se com o Presidente da Sociedade Brasileira de Heráldica, Medalhística Cultural e Educacional e Grão-Mestre da Ordem Internacional da Fraternidade Brasil-Portugal. -----
- **TRINTA E UM** – Reuniu-se com o Presidente da Junta de Freguesia da Romeira. ---
- **TRINTA E DOIS** – Dia nove de Junho – Associou-se, em Fátima, às solenidades inerentes à restauração da Ordem de São Miguel da Ala (Real Irmandade de São Miguel da Ala) que fora criada, no século XII, por Dom Afonso Henriques, em Santarém. -----
- **TRINTA E TRÊS** – Recebeu Sua Excelência o Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. -----
- **TRINTA E QUATRO** – Participou na inauguração oficial da trigésima oitava edição da Feira Nacional da Agricultura/quadragésima oitava Feira do Ribatejo. -----
- **TRINTA E CINCO** – Dia onze de Junho – Recebeu o Presidente da Associação de Residentes de São Domingos. -----
- **TRINTA E SEIS** – Presidiu à reunião interna de coordenação da actividade autárquica. -----
- **TRINTA E SETE** – Acompanhou as diferentes iniciativas integradas no programa da Feira Nacional da Agricultura. -----

--- **TRINTA E OITO** – Assinou o “protocolo relativo ao financiamento da aquisição de uma viatura auto-escada entre a Câmara Municipal de Santarém e o Serviço Nacional de Bombeiros”, cujo teor fora aprovado pelo Executivo Municipal em vinte e um de Dezembro de dois mil.-----

--- **TRINTA E NOVE** – Convocou a próxima reunião camarária para vinte e um de Junho, com início às nove horas. -----

--- **SENHORA VEREADORA DÚNIA PALMA** – **UM** – Dia trinta e um de Maio – Recebeu munícipe no âmbito do processo de vistoria trinta e dois/dois mil. -----

--- **DOIS** – Manteve reunião com representantes dos Trabalhadores Sociais Democratas sobre a situação dos imigrantes no concelho de Santarém. -----

--- **TRÊS** – No Palácio de Justiça de Santarém participou na conferência, organizada pela recém formada Associação Forense de Santarém, proferida pelo Juiz Conselheiro Dr. Lourenço Martins intitulada “DROGA: Nova Política e Legislação”. -----

--- **QUATRO** – Dia um de Junho – Acompanhou no Centro Nacional de Exposições a festa de encerramento do ano lectivo no concelho, organizada pelo pelouro da Educação que juntou em alegre convívio mais de duas mil crianças do pré-escolar e do primeiro ciclo, além da implicação directa dos Departamentos de Assuntos Culturais e Sociais e Obras Municipais, Serviço de Protecção Civil, houve a colaboração da Escola Superior de Educação, da Associação para o Desenvolvimento Social e Comunitário de Santarém, Escola Prática de Cavalaria, Guarda Nacional Republicana, Macdonald’s, FuturKids, Teatrinho e patrocínios de empresas várias.-----

--- Foram oferecidas lembranças às crianças e a ocupação intensa que foi desde as brincadeiras nos insufláveis gigantes às voltas a cavalo, percursos em carros de combate, exercícios com cães polícias, jogos informáticos, pintura facial, jogos tradicionais e arte teatral.-----

--- **CINCO** – Dia cinco de Junho – Esteve na sessão de recepção aos elementos da Comissão de Juventude e Desporto da Assembleia da República em visita ao concelho. -

--- **SEIS** – Participou na reunião da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens. -----



- **SETE** – Participou na reunião de trabalho para avaliação da proposta de regulamento do Conselho Municipal de Segurança. -----
- **OITO** – Dia seis de Junho – Representou o Município na sessão de apresentação das conclusões da comissão de avaliação do curso de gestão de empresas na Escola Superior de Gestão de Santarém. -----
- **NOVE** – Dia sete de Junho – Na Escola Superior Agrária assistiu à sessão solene comemorativa do XXI aniversário do Instituto Politécnico de Santarém, presidida pelo senhor Secretário de Estado do Ensino Superior Professor Doutor José Reis. Verificou-se a entrega de Bolsas de Mérito a alunos das Escolas do Instituto Politécnico de Santarém e a conferência “O Desafio da Inovação na Europa – Que fazem as Universidades e os Institutos Politécnicos Portugueses?” proferida pelo professor Doutor Veiga Simão. -----
- **DEZ** – Representou o senhor Presidente na abertura das primeiras Jornadas de Equinicultura, organizadas pelo Comité de Santarém da IAAS – International Association of Agriculture Students e que contou com a colaboração da Coudelaria Nacional e do Serviço Nacional Coudélico.-----
- **ONZE** – Dia oito de Junho – Presidiu à reunião do Conselho Local de Acção Social, com o ponto único – Apreciação da proposta de diagnóstico social do concelho.-----
- **DOZE** – Dia nove de Junho – Esteve presente na inauguração da quadragésima oitava Feira do Ribatejo. -----
- **TREZE** – Assistiu, na Casa do Brasil, à actuação do grupo Bossa Nova, numa excelente homenagem a Tom Jobim e Vinicius de Moraes.-----
- **SENHORA VEREADORA MARIA DA GRAÇA MORGADINHO – UM** – No dia trinta e um de Maio, recebeu o senhor Padre Borges para, em reunião com os técnicos de Turismo da Câmara Municipal, tentar equacionar um percurso do religioso em Santarém, e, para, paralelamente, tentar mudar, em contacto com as empresas de turismo, a localização de paragem dos autocarros frente à Farmácia no Largo Cândido dos Reis.-----

--- Certamente terá que se equacionar também um lugar de estacionamento no Parque do Largo Cândido dos Reis pois há peregrinos que se deslocam ao Santíssimo Milagre em cadeira de rodas e outros, pela sua idade avançada, têm muitas dificuldades de percorrer grandes distâncias. -----

--- **DOIS** – Recebeu depois um munícipe interessado em instalar um restaurante com esplanada no Jardim Sá da Bandeira e que tentou também interessar pelo Café Central. -

--- **TRÊS** – Pelas dezassete horas e trinta minutos, assistiu, em representação do senhor Presidente da Câmara, à apresentação e tomada de posse dos accionistas da Escola Profissional de Santarém. -----

--- **QUATRO** – No dia dois, sábado, esteve presente, acompanhando o senhor Presidente da Câmara, no Encontro de Coros do Distrito que ocorreu, com o apoio da Câmara, na Igreja da Graça, pelas dezoito horas. -----

--- **CINCO** – Pelas vinte e uma horas e trinta minutos assistiram ao lançamento do novo CD da Orquestra Típica Scalabitana, em espectáculo que decorreu, por sua iniciativa e com o apoio da Câmara, no Largo do Seminário. -----

--- **SEIS** – Posteriormente, estiveram nas Festas da Portela das Padeiras, onde decorreu mais um Festival de Folclore. -----

--- **SETE** – No dia quatro, participou, no jantar da Comissão de Festas da Portela das Padeiras, que reuniu todos os responsáveis por aquela iniciativa, jantar de festa e de reflexão sobre o futuro das festas que agora decorrem num espaço com melhores condições logísticas que a colectividades ainda pretende ver melhoradas. -----

--- **OITO** – No dia cinco de Junho associou-se à visita que o Grupo Parlamentar de Juventude e Desporto fez a Santarém e às infraestruturas desportivas existentes e em construção, nomeadamente o Complexo Aquático Municipal. -----

--- **NOVE** – No dia seis acompanhou o senhor Presidente a uma reunião solicitada ao senhor Ministro do Desporto José Lello, que versou o problema do Complexo Aquático de Santarém e o apoio ao polidesportivo de Romeira, bem como o convite para o senhor Ministro visitar Santarém e as infraestruturas desportivas. -----

--- **DEZ** – No dia sete, esteve presente na sessão solene comemorativa do XXI aniversário do Instituto Politécnico de Santarém e que contou com a presença do Dr. Veiga Simão que proferiu intervenção de extrema importância sobre a temática do Ensino Superior em Portugal. -----

--- **ONZE** – Pelas vinte e uma horas e trinta minutos, decorreu na Associação Comercial de Santarém, a seu pedido, uma reunião convocada pela Associação Comercial que teve como finalidade equacionar a actual situação de muitos estabelecimentos de restauração estarem fechados aos sábados e domingos, numa tentativa de encontrar soluções que permitam a modificação destes hábitos, introduzindo um sistema de “roulement” para que mais estabelecimentos estejam abertos, prestando outro serviço aos munícipes e visitantes.-----

--- Essa reunião contou com a presença da Associação Comercial e da ARESP que transmitiu aos responsáveis pela restauração presentes, indicações importantes sobre linhas de crédito para a restauração denominada programa PROREST II. -----

--- **DOZE** – No dia oito, recebeu mais um interessado no Café Central que veio colocar à consideração que poderá vir a estar interessado mas não com os condicionalismos financeiros preconizados no concurso inicial. -----

--- Como este concurso ficou deserto e como nenhum dos interessados, que são três, até à presente data, quer aceitar as condições do concurso, irá pedir ao senhor Presidente que agende para a próxima reunião de Câmara a abertura de hasta pública para a concessão do Café Central e aos serviços técnicos, nomeadamente, ao Gabinete Jurídico, a preparação do respectivo edital.-----

--- **TREZE** – No mesmo dia, recebeu também o dono do Café Monte Carlo que pretende fazer animação, por sua iniciativa, na esplanada do seu café e veio solicitar algum apoio à Câmara Municipal.-----

--- **CATORZE** – No dia oito, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, esteve presente na inauguração de uma belíssima exposição de arte sacra, obras lindíssimas de autoria de Maria do Carmo Sottomayor que já expôs em Espanha e em Paris na prestigiada

“Relígio”, Exposição Mundial de Arte Sacra, , presença que não passou despercebida ao jornal “Le Monde” que publicou então um artigo e entrevista com a autora. -----

--- Perante a excelência dos trabalhos apresentados e pela beleza da exposição, recomendou vivamente a todos uma visita à Biblioteca Municipal Brancamp Freire onde esta está patente.-----

--- **QUINZE** – No dia nove de Junho participou no almoço de final de época do grupo Scálabis, para o qual foi convidada. -----

--- **DEZASSEIS** – Esteve presente na Inauguração da Feira Nacional de Agricultura. Mais uma Feira com toda a capacidade de atracção de público de todo o país, um dos maiores cartazes turísticos importantes, para a cidade de Santarém. -----

--- **DEZASSETE** – À noite, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, deslocou-se a Tremês, a convite do senhor Presidente da Junta de freguesia para assistir na Ribacoop à apresentação da Escola de Dança de Salão de Tremês.-----

---**DEZOITO** – No dia dez de Junho, domingo, participou no almoço de prova de BTT – Bicicletas Todo o Terreno, que a Amicaioza, Associação Cultural de Azoia de Cima, promoveu, numa iniciativa interessante que reuniu gentes do concelho de Santarém, mas também de outras localidades. (Sintra, Cascais, Santiago do Cacém), num agradável convívio que reuniu aqueles que gostam de fruir a natureza, passeando em bicicleta. -----

--- **SENHOR VEREADOR BOTAS CASTANHO - UM** - Deu conhecimento das decisões tomadas sobre processos de obras e constantes dos Editais números cento e dezanove e cento e vinte/dois mil e um. -----

--- **DOIS** – Dia trinta e um de Maio – Visitou, o Lar dos Rapazes da Misericórdia de Santarém e congratulou-se com o nível das obras de beneficiação das instalações e do apetrechamento do mesmo e deu os parabéns à Misericórdia de Santarém pelo valor destas obras.-----

--- **TRÊS** – Dia cinco de Junho – Recebeu investidores, no âmbito da Gestão Urbanística. -----

--- **QUATRO** – Presidiu aos trabalhos da primeira reunião do Conselho Municipal de Segurança, que se pronunciou favoravelmente sobre a proposta de Regulamento provisório.-----

--- **CINCO** – Dia sete de Junho – Participou na mesa que presidiu à sessão solene do vigésimo primeiro aniversário do Instituto Politécnico de Santarém, realizada no Auditório da Escola Superior Agrária e que contou com uma lição, da maior oportunidade e interesse para o Ensino Superior em Portugal, pelo Professor Veiga Simão. -----

--- **SEIS** – Recebeu empreendedores, no âmbito de Gestão Urbanística. -----

--- **SETE** – Recebeu o senhor Director Executivo e o Secretário-Geral da DECO que vieram dar conhecimento da intenção de transferir para Santarém a sede da Delegação Distrital desta Associação e propôr a revisão do protocolo de colaboração com a Câmara Municipal de Santarém. -----

--- **OITO** – Esteve presente na reunião preparatória da próxima Assembleia Municipal que está marcada para o próximo dia vinte e oito de Junho. -----

--- **NOVE** – Dia nove de Junho – Esteve presente na sessão de inauguração da Feira Nacional de Agricultura, no auditório do CNEMA, com a presença do Senhor Ministro da Agricultura.-----

--- **DEZ** – Assistiu ao concerto do Quarteto Bossa Nova, realizado na Casa do Brasil. --

--- **ONZE** – Dia dez de Junho – Esteve presente numa Corrida de Galos à Antiga Portuguesa, na Monumental Celestino Graça, a convite da Misericórdia de Santarém.-----

--- **DOZE** – Dia onze de Junho – Presidiu à reunião do Conselho de Administração do Serviços Municipalizados de Santarém. -----

--- **TREZE** – Reuniu com o Presidente e dois Vice-Presidentes da Delegação de Santarém, da Cruz Vermelha Portuguesa que fizeram o ponto de situação do processo de construção da sua sede, na Avenida Bernardo Santareno. -----

--- **SENHOR VEREADOR ANTÓNIO OLIVEIRA** – **UM** – No dia sete de Junho

esteve presente na sessão solene comemorativa do XXI aniversário do Instituto Politécnico de Santarém, onde assistiu a uma conferência de alto nível, proferido pelo senhor Professor Doutor Veiga Simão. Felicitou o Instituto Politécnico na pessoa do seu Presidente senhor Professor Jorge Justino. -----

--- **DOIS** – No dia nove de Junho esteve presente na inauguração oficial da Feira Nacional de Agricultura/Feira do Ribatejo, onde se pode assistir ao fim da convenção que, decerto, vem trazer para a agricultura portuguesa e, para o País, grandes melhorias.

--- A Feira Nacional de Agricultura é um ponto alto no ano civil, para o concelho e para a cidade de Santarém. O respectivo programa não deixa de contemplar, mais uma vez, um conjunto de eventos e actividades que têm sido apanágio desta Região, que se pretende cada vez mais próspera em termos de desenvolvimento cultural, o que está patente nesta Feira.-----

--- Sublinhou, de forma positiva, a existência de autocarros entre a cidade e aquele Centro Nacional de Exposições. -----

--- **SENHOR VEREADOR HERMÍNIO MARTINHO** – **UM** – No dia três de Junho esteve presente na inauguração da sede da Junta de Freguesia de Vaqueiros. Sublinhou a beleza e enquadramento do novo edifício.-----

--- **DOIS** – Esteve presente no Encontro de Bandas, em Alcanede. Considerou as bandas um património muito importante e um veículo essencial de promoção e ensino da música.-----

--- **TRÊS** – No dia quatro, deslocou-se ao Mercado Municipal, para verificar as obras de beneficiação que estão a decorrer. -----

--- A este propósito referiu que está a ser desenvolvido um trabalho pelo senhor Arquitecto José Augusto, que visa a construção de um novo mercado municipal, mais adaptado, mais moderno, mais digno e que possa servir melhor a população, tentando criar no actual mercado, que é um edifício de rara beleza, um espaço que possa vir dar outra vida à cidade. -----

--- **QUATRO** – No mesmo dia, esteve reunido com os Engenheiros Leonardo

Figueiredo e Carlos Vieira, preparando o documento hoje apresentado em reunião de Câmara, relacionado com a Campanha “Na Cidade sem o seu Carro”. -----

--- **CINCO** – No dia cinco, comemorou-se o Dia do Ambiente. A Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida mandou elaborar uma banda desenhada relativa ao ambiente, de forma a sensibilizar os jovens e, através dos jovens, os pais e os avós, para as questões do ambiente e dos resíduos sólidos e que foi distribuído pelas Escolas. Sublinhou e agradeceu a grande adesão e apoio dos professores. -----

--- **SEIS** – No dia nove, esteve presente na inauguração da Feira Nacional de Agricultura/Feira do Ribatejo. Sublinhou, também, os autocarros que são colocados à disposição da população. -----

--- Chamou a atenção para o preço dos bilhetes, referindo que em seu entender, a Feira e a cidade ganhavam se fosse possível encontrar uma forma mais atenuada e que envolvesse e estimulasse a cidade e os escalabitanos a estarem mais presentes na Feira. -

--- **SETE** – Manifestou a sua insatisfação pelo trabalho que vem sendo desenvolvido nos últimos dois meses pela empresa a quem foi adjudicada a recolha dos resíduos sólidos nas vinte e quatro freguesias. Referiu que as reclamações dos senhores Presidentes de Junta têm vindo a aumentar. -----

--- Disse ter sido elaborado pelos serviços um caderno de encargos rigoroso, com base no qual foi feita a adjudicação a esta empresa. Este caderno de encargos tem muitos pontos que ainda não estão cumpridos. -----

--- Disse já ter mantido duas reuniões com a administração da empresa no sentido do cumprimento do caderno de encargos, frisando que irá continuar atento a este trabalho que é muito importante para a qualidade de vida dos habitantes do Concelho. -----

--- Referiu que se os serviços daquela empresa não melhorarem, não enjeita a possibilidade de propôr à Câmara iniciativas que visem o cumprimento integral daquilo que foi definido no caderno de encargos. -----

--- **SENHORA VEREADORA ROSA FELICIANO** – **UM** – No dia sete de Junho esteve presente na comemoração do vigésimo primeiro aniversário do Instituto

Politécnico de Santarém. Salientou a intervenção do senhor Professor Doutor Veiga Simão sobre a temática do ensino superior em Santarém.-----

--- **DOIS** – No dia nove de Junho, esteve presente na inauguração da Feira Nacional de Agricultura. -----

--- **TRÊS** – Apresentou a seguinte proposta, relacionada com a construção de um Centro de Saúde condigno: -----

--- “Sendo o acesso à saúde um direito de todos os cidadãos, também o é o acesso em condições dignas e de qualidade. -----

--- Embora grande parte das atribuições em matéria de saúde, seja da responsabilidade da Administração Central, deve o município ter uma política municipal de saúde de forma a melhorar a qualidade de vida dos seus munícipes. -----

--- Não se compreende que se mantenha o estado de falta de qualidade da rede de alguns equipamentos de saúde concelhios.-----

--- Em tempos de “paixões”, a saúde nunca foi a paixão da Câmara de Santarém. Com orçamentos sem sentido para o sector, sem pressão junto do Governo ou da Administração Regional para a modernização e melhoramento dos equipamentos.-----

--- Temos hoje em termos de Centro de Saúde um dos piores senão o pior cenário em termos nacionais.-----

--- Deveria a Câmara Municipal de Santarém dar o suporte efectivo para o bom funcionamento da Comissão Consultiva de Saúde e torná-la actuante. -----

--- Deveria a Câmara Municipal fomentar e apoiar projectos de promoção de saúde e estilos de vida saudáveis (educação alimentar, actividade física, sexualidade, prevenção da toxicoddependência). -----

--- Tendo sido importante, embora até agora sem resultados que sejam visíveis, a aderência de Santarém à rede de cidades digitais, seria porventura mais importante a adesão a Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis.-----

--- É urgente que Santarém e seus munícipes tenham acesso à saúde, em termos de qualidade e conforto, com a mesma dignidade que a restante população do País -----



--- Sendo assim, proponho que a Câmara Municipal de Santarém disponibilize um terreno para a construção de um Centro de Saúde no planalto”. -----

- **SENHOR VEREADOR VICENTE BATALHA** – **UM** – No dia um de Junho, Dia Mundial da Criança, estive no CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, onde se associou com a sua presença às Comemorações organizadas pelo Pelouro da Educação da Câmara Municipal, que envolveu muitas Escolas e cerca de duas mil crianças de todo o concelho. Foi uma bela iniciativa, num espaço aberto e privilegiado, com toda a segurança, com o apoio e a presença da Guarda Nacional Republicana, da Polícia de Segurança Pública, dos Bombeiros Municipais e Voluntários de Santarém e Pernes. -----

--- Foi um dia diferente para as nossas crianças, convivencial e lúdico, e se elas são o melhor do mundo, como dizia o poeta Fernando Pessoa, para elas o melhor, hoje. Só assim estamos a preparar cidadãos conscientes, intervenientes, participativos, o mesmo é dizer, um futuro equilibrado, harmonioso, mais humano e fraterno. De saudar esta iniciativa. -----

--- **DOIS** – Nesse mesmo dia, estive na Junta de Freguesia de Pernes, onde visitou a Exposição organizada por alunos da Escola D. Manuel II, subordinado ao tema “Máquinas do Futuro”, e tendo como grandes sub-temas, Reciclar, Reduzir, Reutilizar, Inventores do Futuro, Missão Salvar o Planeta Terra. Esta exposição de grande interesse, importância, conteúdo e perspectiva, foi toda feita com o aproveitamento e reutilização materiais recicláveis, o que lhe confere duplo valor acrescentado. -----

--- São estas iniciativas que contribuem para transformar hábitos e mentalidades, e formar nova consciência das coisas, e acabam por suprir a informação e formação ambiental de que as Autarquias são a oitava fonte, segundo dados de um último inquérito efectuado junto da opinião pública nacional, quando no seu entendimento, deveriam ser uma das primeiras fontes dessa frente de trabalho. Como sempre defendeu, a formação ambiental passa essencialmente pelo binómio escolas/autarquias.-----

--- Saudou o Dia Mundial do Ambiente, que se comemorou no passado dia cinco de

Junho, lamentando algum silêncio sobre a efeméride no Concelho de Santarém, e que tenha sido perdida mais uma oportunidade para carrear informação ambiental para os municípios.-----

--- **TRÊS** – Recebeu em Pernes, a seu convite, os Deputados do Partido Comunista Português, Luísa Mesquita e Joaquim Matias, que numa volta pelo Distrito, para informação sobre os principais problemas com Pontes, Pontões e Redes Viária, existentes, incluíram Pernes, onde visitaram as obras da Nova Ponte sobre o Rio Alviela em curso, e que se prevê esteja em funcionamento no primeiro trimestre do próximo ano de dois mil e dois.-----

--- A população de Pernes e seus Órgãos Autárquicos, têm-se mostrado favoráveis à manutenção da velha Ponte de Ferro, depois de devidamente beneficiada, no mesmo local, para passagens e passeios pedestres, e nunca a sua retirada, como consta do Caderno de Encargos da obra em curso, tendo o senhor Secretário de Estado da tutela ficado sensibilizado e concordado com tal posição publicamente expressa pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia, quando do acto da assinatura do contrato da obra, efectuado no local.-----

--- **QUATRO** – No dia três de Junho, esteve em Pernes, na Associação dos Bombeiros Voluntários de Pernes, a presidir a um Almoço de entrega de Prémios do terceiro Torneio de Sueca, organizado pelo Grupo de Dadores de Sangue, e que contou com vinte e quatro equipas de Pernes e das freguesias vizinhas, cerimónia simples, que muito lhe apraz realçar.-----

--- **CINCO** – Nesse mesmo dia, participou em Vaqueiros na festa de inauguração da Sede da Junta de Freguesia, sonho daquela autarquia e da sua População. Estivemos perante uma obra simples, de arquitectura tradicional, perfeitamente enquadrada no Largo do Rocio, onde o edifício da Igreja Matriz consagrada ao Divino Espírito Santo, festividade que nesse mesmo dia se assinalava, domina e bem todo o lugar. O conteúdo da Sede da Junta de Freguesia, com biblioteca e meios informáticos, a recolha do seu património, e o respeito pelas raízes, bem como a harmonia do arranjo exterior, a que a

presença do futuro simbolizado nas crianças, mais realçou, dão bem o quadro, daquela bonita e significativa festa. A moldura humana, o calor da presença da população, que se envolveu nas cerimónias, dizem-nos da dimensão de uma pequena grande freguesia, que há anos esteve fragilizada, quase moribunda, foi vítima central juntamente com Pernes da catástrofe da poluição do Alviela, com fortes marcas negativas e ainda e infelizmente, e quase ressuscitou das cinzas, qual fénix renascida pela força reivindicativa dos seus autarcas e das suas gentes, personificados no seu Presidente Firmino de Oliveira, e hoje está bonita, rejuvenescida, diferente para melhor, coerente e com futuro. Parabéns, Vaqueiros, das fraquezas quando se quer, se faz força para avançar. A Câmara Municipal concedeu justamente a ajuda essencial, em momentos chave, cumpriu bem o seu papel, pois nada paga às freguesias a quem roubaram a natureza, o Rio do seu Brasão, ali apresentado, tal como a Bandeira, e conseguem dormir em paz... andou bem a Câmara o investir ali, ao apoiar quem justamente mereceu, e como no milagre multiplica pães e talentos.-----

--- **SEIS** – No dia cinco de Junho, associou-se à recepção, no Salão Nobre da Câmara Municipal, e à visita da Comissão Parlamentar de Juventude e Desporto, à obra do Complexo Aquático Municipal, à Nave Desportiva, tendo feito companhia ao almoço oferecido aos parlamentares. Visitas desta natureza são sempre importantes, pelo conhecimento local que proporcionam, pelos laços que se estabelecem, pelos frutos que eventualmente possam trazer. -----

--- A questão complexa do financiamento ou não, conforme anunciado pela senhora Ministra do Planeamento Elisa Ferreira, do Complexo Aquático Municipal, foi a questão central e prioritária introduzida pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, na sessão de boas vindas. Tudo deve ser feito para que esse financiamento seja conseguido.-----

--- **SETE** – No dia nove de Junho, esteve presente na Inauguração da quadragésima oitava Feira do Ribatejo, trigésima oitava Feira Nacional de Agricultura, que mais uma vez decorreu no CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas e foi inaugurada pelo senhor Ministro da Agricultura Capoulas Santos. Uma nota para

destacar o “insólito” do figurino adoptado para a Sessão Solene, incluindo a actuação do Quarteto de Música de Câmara “Quantz” numa viagem pelo barroco.-----

--- **OITO** – Assistiu, na Casa do Brasil, à actuação do Quarteto Bossa Nova, com um programa dedicado a um dos maiores vultos da música brasileiro, António Carlos Jobim, mais conhecido por Tom Jobim. Foi um serão agradável. -----

--- **NOVE** – Acusou a recepção de uma carta do munícipe senhor António Dinis Bento, do Casal da Charneca/Almoster, a propósito da construção de um muro de vedação, e que tem a ver com os processos de obras trezentos e setenta/noventa e seis e setenta e três/dois mil. “Esperamos da Câmara uma actuação de resolução e não de criação de conflitos.” conclui o munícipe a sua carta, pelo que dentro do mesmo espírito, perguntou ao senhor Presidente, o que se passa com estes processos, que têm feito o senhor António Dinis Bento continuar a tomar posições, inclusivé, com processos em Tribunal.

--- Estando o munícipe presente, será de o ouvir, haverá elementos ou esclarecimentos na hora para lhe dar, ou será melhor o agendamento dos processos para a próxima reunião?-----

--- **DEZ** – Apresentou a seguinte Proposta, que se transcreve, em relação ao “Bairro dezasseis de Março”: -----

--- “Na sequência das várias insistências que em anteriores Reuniões do Executivo Camarário já efectuei sobre o “Bairro Dezasseis de Março”, infelizmente sem resultados visíveis até à data;-----

--- Considerando o estado de degradação que este património da Câmara Municipal atingiu e a falta de respeito pelas pessoas que ali moram, inclusivé pela sua condição social, idade, e fracos recursos económico-financeiro de que dispõem, que tem sido patenteada; -----

--- Considerando as posições da Junta de Freguesia de S. Nicolau e a visita ao local do senhor Presidente da Câmara, que ali assumiu compromissos com as pessoas que habitam o Bairro, no sentido da sua reabilitação;-----

--- Propôs que a Câmara Municipal de Santarém defina um plano de intervenção de

emergência, para reabilitação e recuperação do “Bairro Dezasseis de Março”, efectuando uma reunião com os moradores e um levantamento exaustivo das diversas situações, incluindo de abandono, ocupação indevida, fenómenos eventuais de marginalidade, e uma solução para a habitação que ardeu em finais de novembro de dois mil, devolvendo aquele património de excepcional localização a dignidade e a segurança perdidas.-----

--- **ONZE** – Apresentou a seguinte Proposta, que se transcreve, em relação ao “Centro de Saúde de Santarém”: -----

--- “A Coligação Democrática Unitária tem levantado, desde há muito, e aos mais diversos níveis, a questão da construção de um NOVO CENTRO DE SAÚDE DE RAIZ EM SANTARÉM, dado ser Santarém a única capital de Distrito que não dispõe de um equipamento do género, que lhe permita condições para funcionar com operacionalidade e eficiência, no cumprimento do seu serviço as populações. -----

--- Na Câmara Municipal, onde o seu Vereador tem efectuado diversas intervenções sobre este assunto, que considera muito sensível para o bem estar dos munícipes, e por isso deve estar integrado nas preocupações da Autarquia, sem fazer qualquer confusão com as competências e as responsabilidades próprias do Governo e da Administração Central. -----

--- E ao nível da Assembleia da República, onde a Deputada do Partido Comunista Português, Luísa Mesquita e membro da Assembleia Municipal de Santarém, tem desenvolvido diligências várias, e onde fez dois requerimentos ao Governo, os últimos dos quais, em doze de Dezembro de dois mil, que obteve a resposta trazida a esta Câmara Municipal nos Temas para Conhecimento, na Agenda da Reunião do passado trinta e um de Maio, e em vinte e quatro de Maio de dois mil e um, cuja cópia junto em anexo. -----

--- Como começa a ficar claro, pela resposta dada ao primeiro requerimento, aqui analisada, quer pelas declarações do Senhor Coordenador da Sub – Região de Saúde de Santarém/Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, quer pelas declarações a Rádio Pernes do senhor Secretário de Estado dos Recursos Humanos e da

Modernização da Saúde, que o Novo Centro de Saúde de Santarém não é prioridade para o Governo nestes tempos mais próximos, -----

--- PROPONHO: -----

--- Um - Que a Câmara Municipal de Santarém tome posição sobre esta questão importante e sensível para o desenvolvimento harmonioso e sustentável da cidade e para a qualidade de vida dos seus habitantes, e a faça chegar com urgência junto do governo;-----

--- Dois - Que a Câmara Municipal de Santarém, que tem declarado pela voz dos seus responsáveis do Partido Socialista, Presidentes José Miguel Noras e Botas Castanho, que a Câmara colocaria à disposição do Ministério da Saúde o terreno para a construção do novo centro de saúde de Santarém, apresente uma proposta formal nesse sentido a ser votada pelo executivo Municipal, apontando uma localização ou localizações possíveis, para o efeito, no prazo de um mês, para não ser acusada de arrastar obstaculizar o processo, tal como o foi pela tutela no que ao posto de saúde de São Domingos diz respeito.-----

--- Como nota final, incluo nas alternativas de terrenos, a parte sobranete dos terrenos envolventes ao Instituto Português da Juventude, tal como aqui foi referido na última reunião de Câmara”. -----

--- Na sequência das intervenções, o senhor **Vereador Botas Castanho**, responsável pelo Pelouro da Saúde, lamentou, de facto, as instalações muito más do Centro de Saúde de Santarém. Por outro lado, voltou a frisar aquilo que já várias vezes foi referido em reuniões do Executivo e que tem a ver com o facto da Câmara ter posto terreno à disposição dos serviços de saúde, nomeadamente, nos terrenos junto ao Instituto Português da Juventude, sempre que foi interpelada nesse sentido. -----

--- A disponibilidade de cedência de terreno mantém-se e, por consequência, não será por este motivo que não se constrói o Centro de Saúde.-----

--- Apesar das recomendações da Associação Nacional de Municípios Portugueses para as Câmaras não financiarem obras da responsabilidade da Administração, repetidamente

esta Câmara, tem colocado à disposição terreno para o efeito. -----

--- Disse não acreditar que haja muitos municípios que tanto tenham feito pela promoção da Saúde e dinamização de acções de educação para a saúde, que já cobriram grande parte das freguesias do Concelho, como o Município de Santarém. -----

--- Teceu ainda alguns comentários a propósito das Comissões Consultivas de Saúde que apenas têm competência para se pronunciarem sobre pontos apresentados pelos serviços de saúde. -----

--- Se os serviços de Saúde nada lhes apresentarem, as Comissões, infelizmente, não têm competências por si só, para tomarem iniciativas. -----

--- A senhora **Vereadora Rosa Feliciano** discordou também da atitude tomada pelo Governo, então Partido Social Democrata, em relação às Comissões Consultivas de Saúde que, em sua opinião, deveriam, de facto ser mais actantes. -----

--- O senhor **Presidente** considerou importante os contributos da senhora Vereadora Rosa Feliciano e Vicente Batalha e entendeu que os mesmos deviam ser remetidos à tutela, dada a riqueza de conteúdo e sobretudo pela objectividade das propostas formuladas. Sugeriu, no entanto que, previamente as mesmas sejam objecto de agendamento para troca de impressões, com o que a Câmara, por unanimidade, concordou. -----

--- Concluída a apreciação dos assuntos constantes da ordem de trabalhos, o senhor Presidente perguntou ao público presente na sala se pretendia usar da palavra, tendo-se verificado a intervenção do senhor Arquitecto Carlos Guedes de Amorim. -----

--- Interveio também o senhor Eduardo dos Santos Almeida, a propósito do loteamento de uma propriedade sita na Freguesia do Vale de Santarém. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

--- E não havendo mais assuntos a tratar, pelo senhor Presidente foi declarada encerrada a reunião eram doze horas e quinze minutos, lavrando-se a presente acta que vai ser assinada lavrando-se a presente acta que vai ser submetida a aprovação na reunião imediata. -----

ACTA N.º 16/01  
Reunião de 12 de Junho de 2001

--- E eu, \_\_\_\_\_ Chefe de Secção a  
redigi e subscrevi. -----

----- **O PRESIDENTE** -----

--- \_\_\_\_\_

----- **OS VEREADORES** -----

--- \_\_\_\_\_

--- \_\_\_\_\_

--- \_\_\_\_\_

--- \_\_\_\_\_

--- \_\_\_\_\_

--- \_\_\_\_\_

--- \_\_\_\_\_

--- \_\_\_\_\_